Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira 2024



ÍNDICE

INTRODUÇÃO 3

SUMÁRIO 4

A. ATIVIDADE E DESEMPENHO 8

A.1. Atividades 8
A.2. Desempenho da subscrição 12
A.3. Desempenho dos investimentos 13
A.4. Desempenho de outras atividades 14
A.5. Eventuais informações adicionais 14

B. SISTEMA DE GOVERNAÇÃO 15

B.1. Informações gerais sobre o sistema de governação 15
B.2. Requisitos de qualificação e de idoneidade 20
B.3. Sistema de gestão de riscos com inclusão da autoavaliação do risco e da solvência 20
B.4. Sistema de Controlo Interno 23
B.5. Função de Auditoria Interna 25
B.6. Função Atuarial 26
B.7. Subcontratação 27
B.8. Eventuais informações adicionais 27

C. PERFIL DE RISCO 28

C.1. Riscos Específicos de Seguros 28
C.2. Risco de Mercado 29
C.3. Risco de Crédito 30
C.4. Risco de Liquidez 31
C.5. Risco Operacional 31
C.6. Outros Riscos Materiais 32
C.7. Eventuais Informações Adicionais 32

D. AVALIAÇÃO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA 33

D.1. Ativos 33
D.2. Provisões técnicas 35
D.3. Outras responsabilidades 36
D.4. Métodos alternativos de avaliação 36
D.5. Eventuais informações adicionais 36

E. GESTÃO DE CAPITAL 37

E.1. Fundos Próprios 37
E.2. Requisito de capital de solvência e requisito de capital mínimo 37
E.3. Utilização do submódulo de risco acionista baseado na duração para calcular o requisito de capital de solvência 40
E.4. Diferenças entre a fórmula-padrão e qualquer modelo interno utilizado 40
E.5. Incumprimento do requisito de capital mínimo e incumprimento do requisito de capital de solvência 40
E.6. Eventuais Informações adicionais 40

ANEXOS 42

INTRODUÇÃO

O presente Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR) da MGEN Portugal – Companhia de Seguros, S.A., está inserido no âmbito das obrigações previstas pelo Pilar 3 da Diretiva de Solvência II transposta para a legislação portuguesa – Lei nº 147/2015 de 9 de setembro, onde as companhias de seguros e resseguros deverão publicar anualmente informação qualitativa e quantitativa da posição de solvência e situação financeira.

A informação qualitativa que as empresas de seguros devem divulgar encontra-se previsto no capítulo XII do título I do Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014. A informação quantitativa a divulgar em conjunto com este relatório encontra-se estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) 2015/2450 da Comissão, de 2 de dezembro de 2015, alterado e retificado pelo Regulamento de Execução (UE) 2017/2190 da Comissão, de 24 de novembro de 2017 e pelo Regulamento de Execução (UE) 2020/657, de 18 de maio de 2020. De acordo com o disposto no artigo 292.º do Regulamento Delegado, apresenta-se um sumário dos capítulos abordados neste relatório.

O objetivo deste relatório é partilhar com o público as atividades da MGEN Portugal, fornecer informações sobre o seu sistema de governação, os riscos aos quais está exposta e o seu sistema de gestão de riscos, os princípios de avaliação que aplica para fins de solvência e a estrutura do seu capital, as suas necessidades de capital assim como a gestão do seu capital.

O SFCR foi aprovado pelo conselho de administração e será depois submetido no portal da ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões) e publicado no site da MGEN Portugal – Companhia de Seguros, S.A..

As informações apresentadas no documento são baseadas nos elementos conhecidos a 31 de dezembro de 2024. Salvo indicação em contrário, os diferentes montantes apresentados neste documento são em milhares de euros.

SUMÁRIO

A – Atividade e Desempenho

A MGEN Portugal – Companhia de Seguros, S.A., fundada em 2024, integra o Grupo MGEN e tem como missão oferecer seguros inovadores e acessíveis, com foco no Ramo Não Vida:

- ✓ Acidentes
- ✓ Doença
- ✓ Responsabilidade Civil Geral
- ✓ Perdas Pecuniárias diversas
  - Perdas Pecuniárias Não comerciais
  - Outras Perdas Pecuniárias.
- ✓ Assistência

A empresa, sediada em Lisboa, é supervisionada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e segue princípios mutualistas, reinvestindo excedentes para benefício dos seus membros.

O ano de 2024 foi dedicado à estruturação da companhia de seguros, preparação da sua oferta e implementação de processos essenciais. Ainda não foram emitidos contratos de seguro e o resultado antes de impostos foi negativo em 735 milhares de euros, refletindo os investimentos iniciais.

Para o ano de 2025 o foco será a proteção da saúde e bem-estar, com seguros diferenciados para empresas e a expansão internacional para França e Dinamarca via LPS (Livre Prestação de Serviços). A abordagem incluirá inovação digital, planos acessíveis e sem discriminação por idade ou condição clínica.

Em relação ao desempenho dos investimentos, a MGEN Portugal adotou uma estratégia conservadora, com investimentos em depósitos à ordem e a prazo, assegurando uma estratégia de investimento conservadora e orientada para a preservação do capital.

Com esta visão mutualista e inclusiva, a MGEN Portugal pretende consolidar-se como referência em seguros empresariais e de saúde, promovendo um modelo sustentável e responsável.

B – Sistema de Governação

Da estrutura do governo da MGEN Portugal fazem parte:

- ✓ Mesa da Assembleia Geral
- ✓ Conselho de Administração
- ✓ Comissão Executiva
- ✓ Conselho Fiscal

- ✓ Comité de Remuneração

O sistema de Governação de Risco inclui 4 funções-chave:

- ✓ Função de Gestão de Risco
- ✓ Função Atuarial
- ✓ Função de *Compliance*
- ✓ Função de Auditoria Interna

O Sistema de Gestão de Risco realiza, de forma contínua, a identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos materiais que possam impactar a Companhia de Seguros, garantindo que estes se mantenham dentro de limites que não comprometam a sua estabilidade financeira nem os interesses dos diversos *stakeholders*.

Para assegurar a análise e supervisão das decisões estratégicas, bem como o acompanhamento do cumprimento dos objetivos estabelecidos, a Companhia de Seguros dispõe de diversos Comités específicos, devidamente identificados e descritos no relatório.

Além disso, a Companhia de Seguros estabeleceu um conjunto de medidas que compõem o seu Sistema de Controlo Interno, assegurando o cumprimento dos requisitos legais, a eficácia e eficiência das operações e a fiabilidade das informações financeiras e não financeiras.

Modelo das três linhas de defesa

A MGEN Portugal – Companhia de Seguros, S.A tem um Sistema de Controlo Interno implementado, chamado "Modelo das três linhas de defesa", que compreende e distingue o controlo permanente e o controlo periódico.

O controlo permanente é composto por dois níveis de defesa:

- ✓ Controlo permanente de primeiro nível:
- ✓ Controlo permanente de segundo nível:

O Controlo Periódico refere-se ao conjunto de verificações independentes realizadas em intervalos de tempo definidos, com o objetivo de avaliar a eficácia do sistema de controlo interno e a adequação das políticas e procedimentos adotados pela MGEN Portugal. Estes controlos são efetuados por entidades ou funções que não intervêm diretamente nas operações diárias, como a auditoria interna, a função de gestão de risco e outras funções de controlo de segundo e terceiro níveis.

C – Perfil de Risco

O perfil de risco de uma companhia de seguros reflete a natureza e a magnitude dos riscos a que a empresa está exposta no exercício da sua atividade. A identificação, avaliação e gestão destes riscos são fundamentais para assegurar a solvência da Companhia de Seguros e a proteção dos seus tomadores de seguros e pessoas seguras.

A MGEN Portugal apresenta neste capítulo a sua exposição a cada risco, tendo apenas exposição ao risco de mercado e risco de incumprimento pela contraparte, conforme se apresenta abaixo:

(em milhares de euros)

	31.12.2024
Risco de Mercado	4
Risco de Incumprimento pela Contraparte	927
Risco de Subscrição Saúde	0
Risco de Subscrição Não Vida	0
Requisito de Capital de Solvência Base	**928**
Ajustamento por Impostos Diferidos	-195
Risco Operacional	0
Requisito de Capital de Solvência	733

D – Avaliação para Efeitos de Solvência

A avaliação para efeitos de solvência da MGEN Portugal visa determinar a sua posição financeira, garantindo que possui fundos próprios suficientes para cumprir os compromissos. A avaliação baseia-se em metodologias que incluem a mensuração prudente dos ativos, passivos e provisões técnicas, em conformidade com as normas de Solvência II. Os ativos são classificados e avaliados de acordo com regras específicas, como os ativos intangíveis, que não possuem valor para efeitos de solvência, e os depósitos, que são mensurados pelo seu valor de mercado. As provisões técnicas são compostas pela melhor estimativa e pela margem de risco, embora a MGEN Portugal não tenha registado provisões técnicas a 31 de dezembro de 2024, uma vez que não houve operações de seguros durante o ano. Outros passivos, como obrigações com mediadores e despesas operacionais, são avaliados de acordo com a norma IFRS.

E – Gestão de Capital

A gestão de capital da MGEN Portugal é essencial para garantir a solidez financeira da empresa e sua capacidade de absorver riscos, conforme os requisitos da Diretiva de Solvência II. A política de gestão de capital da empresa

define metodologias para monitorização dos fundos próprios, classificados em níveis de qualidade (*Tier* 1, *Tier* 2 e *Tier* 3). A MGEN Portugal apresenta uma base sólida de fundos próprios, totalizando 6.592 milhares de euros a 31 de dezembro de 2024, com a maior parte classificada como *Tier* 1.

A Diretiva de Solvência II estabelece dois limiares de capital: o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo de Solvência (MCR). O SCR representa o capital necessário para absorver perdas potenciais, calculado utilizando a fórmula padrão, que simula variações (choques) nos parâmetros financeiros e avalia seu impacto sobre os compromissos da empresa. A MGEN Portugal tem exposição apenas ao risco de incumprimento de contraparte e risco de mercado. A empresa apresenta um rácio de solvência de 899% em 2024, refletindo a ausência de operações relacionadas com seguros e a celebração de contratos.

A MGEN Portugal mantém uma gestão de capital robusta, com um elevado rácio de solvência e cumprimento das normas de solvência, garantindo sua capacidade de absorção de riscos e a proteção dos seus *stakeholders.*

A. ATIVIDADE E DESEMPENHO

A.1. Atividades

Apresentação

A MGEN Portugal – Companhia de Seguros, S.A., doravante designada de MGEN Portugal ou Companhia de Seguros, nasceu em 2024 com a missão de oferecer soluções de proteção inovadoras e acessíveis, alinhadas com a visão do acionista único - Mutuelle Générale de L'Éducation Nationale (doravante designada Grupo MGEN) - uma referência internacional no sector segurador. O Grupo MGEN posiciona-se como um parceiro de confiança, garantindo segurança e estabilidade aos seus clientes.

A MGEN Portugal está sediada em lisboa na Rua Duque de Palmela nº 11, iniciou a sua atividade em 1 julho de 2024 e foca-se na oferta de seguros do Ramo Não Vida:

- ✓ Acidentes
- ✓ Doença
- ✓ Responsabilidade Civil Geral
- ✓ Perdas Pecuniárias diversas
  - Perdas Pecuniárias Não comerciais
  - Outras Perdas Pecuniárias.
- ✓ Assistência

A MGEN Portugal é supervisionada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) com sede na Av. Da República nº 76, 1600-205 Lisboa, tendo ainda como auditor externo a Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, com sede na rua Tomás Da Fonseca, Centro Empresarial Torres de Lisboa, torre G, 5º Andar, 1600 - 209 Lisboa.

A MGEN Portugal é integralmente detida pela Mutuelle Générale de l'Éducation Nationale, uma mútua de seguros francesa fundada por profissionais do sector da educação em 1946.

Como organização sem fins lucrativos, a Mutuelle Générale de l'Éducation Nationale não distribui lucros a acionistas, em vez disso, eventuais excedentes são reinvestidos para reforçar os benefícios oferecidos aos seus membros.

A MGEN Portugal é composta por vários órgãos sociais, incluindo o Conselho de Administração, a Comissão Executiva, a Assembleia Geral e o Conselho Fiscal. Estes órgãos são responsáveis pela gestão e supervisão da Companhia de Seguros, assegurando que as operações decorrem de acordo com os valores de solidariedade e entreajuda que caracterizam a MGEN Portugal.

Missão e Valores da MGEN Portugal

A MGEN Portugal, fiel à sua vocação mutualista, tem como missão proteger e promover o bem-estar dos seus clientes, oferecendo soluções acessíveis, inovadoras e sustentáveis no setor segurador. Com um foco especial na área da saúde, a Companhia de Seguros procura garantir que cada cliente tenha acesso a coberturas ajustadas às suas necessidades, reforçando assim a sua segurança e estabilidade financeira.

A MGEN Portugal nasce com um compromisso claro: expandir a sua essência de proteção mutualista e oferecer segurança a todos de forma ética, transparente e inclusiva. Mais do que um serviço, os seguros devem ser uma resposta real às necessidades das pessoas, famílias e empresas.

A MGEN Portugal posiciona-se como um parceiro de confiança na vida dos seus clientes, promovendo um modelo de seguro que alia simplicidade, proximidade e inovação, sempre com um forte sentido de responsabilidade social e corporativa.

A MGEN Portugal baseia a sua atuação em princípios sólidos, que orientam a sua relação com clientes, colaboradores e parceiros. Os seus valores fundamentais são:

Proteção

Colocamos as pessoas no centro de tudo o que fazemos, garantindo soluções que proporcionam segurança, estabilidade e confiança no futuro.

Transparência

Atuamos com ética, clareza e responsabilidade, garantindo que cada cliente compreende as coberturas, os serviços e as condições do seu seguro.

Inclusão

Defendemos um seguro verdadeiramente inclusivo e acessível a todos, independentemente da idade, condição de saúde ou contexto social, assegurando que ninguém fica sem

Inovação

Apostamos em tecnologia e novas abordagens para criar produtos mais eficientes, simplificando processos e garantindo uma experiência diferenciadora.

Proximidade

Mantemos uma relação de confiança com os nossos clientes, parceiros e colaboradores, assegurando um acompanhamento personalizado e eficaz.

Com base nestes valores, a MGEN Portugal posiciona-se como uma Companhia de Seguros, fiel à sua vocação mutualista, que vai além da proteção financeira, promovendo uma abordagem humana, sustentável, inclusiva e responsável na relação com os seus clientes e com a sociedade.

Análise da Atividade em 2024

O ano de 2024 foi dedicado à preparação para o início da atividade da MGEN Portugal como Companhia de Seguros, sempre fiel aos princípios mutualistas que estão na génese de todo o Grupo MGEN. Com um foco inicial no ramo da Saúde em Portugal e no desenvolvimento de soluções para expatriados em França e Dinamarca, onde atuará em regime de Livre Prestação de Serviços (LPS), a MGEN Portugal construiu a sua estratégia para entrar no mercado com uma oferta inovadora e alinhada com as necessidades dos seus clientes. Durante este período, concentrou esforços na definição da sua estratégia de atuação, estruturação organizacional e implementação de processos essenciais para garantir um funcionamento eficiente, adequado e sustentável em todas as suas instâncias operacionais e de governação, preparando-se para o arranque da operação em 2025.

A preparação da MGEN Portugal envolveu diferentes áreas funcionais, cada uma desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento da estrutura organizacional e na definição dos processos críticos para a operação da mesma.

Sendo um ano de investimento e estruturação, os resultados financeiros refletem esta fase de preparação. Durante este período, não foram realizadas quaisquer operações relacionadas com a atividade de seguros, pelo que não ocorreu a celebração de contratos de seguro nem emissão de prémios. Como esperado nesta fase inicial, o resultado do exercício antes de impostos foi negativo em 735 milhares de euros, representando o investimento necessário para a consolidação da Companhia de Seguros e a criação de bases sólidas para o seu desenvolvimento futuro.

(em milhares de euros)

Balanço	31.12.2024
Investimentos	6 019
Ativo Líquido	7 192
Capital Próprio	6 693
Resultado Líquido	-735
Indicadores	
Rentabilidade Capital Próprio	-11%
Rácio Investimento/Capital próprio	90%

MGEN Portugal – Estratégia para 2025

O ano de 2025 marcará o início da atividade da MGEN Portugal, uma extensão do compromisso histórico da MGEN em França com a proteção da saúde e do bem-estar dos seus associados. A missão principal da MGEN Portugal será a proteção das pessoas em todos os momentos, desde a prevenção da doença até ao acesso a cuidados de saúde em situações de acidente ou doença grave. Dessa forma, os ramos a explorar serão a doença e os acidentes pessoais, garantindo uma cobertura abrangente para os trabalhadores e empresas que confiam nos nossos serviços.

A MGEN Portugal atuará com um posicionamento diferenciado, alicerçado na sua identidade mutualista, promovendo valores de solidariedade, inclusão e sustentabilidade. A notoriedade da marca será construída com base na sua missão de assegurar proteção e acesso equitativo à saúde, sendo reconhecida como uma referência em seguros empresariais comprometidos com a sociedade. O Grupo MGEN pretende reforçar a sua presença no setor segurador através da valorização dos princípios mutualistas, demonstrando que a cooperação e o compromisso social são essenciais para uma sociedade mais justa e equilibrada.

A estratégia de implementação terá como pilares fundamentais:

- ✓ Oferta diferenciada para empresas: Seguros de saúde e acidentes pessoais adaptados a diferentes perfis de colaboradores e setores de atividade, garantindo uma cobertura eficiente e flexível;
- ✓ Expansão internacional via Livre Prestação de Serviços (LPS): Início da operação em França e Dinamarca, aproveitando sinergias com a estrutura internacional do Grupo MGEN;
- ✓ Foco na inovação e digitalização: Implementação de soluções tecnológicas para simplificar a gestão das apólices, melhorar a experiência do cliente e promover a acessibilidade aos serviços de saúde;
- ✓ Compromisso com a prevenção e bem-estar: Desenvolvimento de programas de saúde preventiva e educação para colaboradores, com impacto positivo na produtividade e qualidade de vida no ambiente corporativo.

Com esta abordagem, a MGEN Portugal pretende consolidar-se rapidamente como uma referência no setor de seguros empresariais, oferecendo uma alternativa sustentável e socialmente responsável para empresas que procuram soluções de proteção eficazes para os seus colaboradores.

Abordagem Inclusiva ao Mercado Português – Diferenciação no Setor

A MGEN Portugal posicionar-se-á como uma companhia de seguros inclusiva, comprometida com o acesso equitativo à saúde. A sua abordagem ao mercado será diferenciadora, eliminando barreiras de entrada e garantindo uma oferta justa e acessível para todos os clientes. Os principais pilares desta abordagem incluem:

- ✓ Produtos para todos, sem discriminação: A MGEN Portugal desenvolverá soluções que garantem acesso universal ao seguro de saúde, sem restrições baseadas na idade ou condição clínica.
- ✓ Acesso sem limites de idade: Todas as pessoas seguras terão acesso à proteção da MGEN Portugal, independentemente da idade, garantindo um seguro de saúde inclusivo e abrangente.
- ✓ Sem questionários médicos: Eliminação de barreiras na adesão ao seguro, promovendo a equidade no acesso à proteção da saúde.
- ✓ Ausência de exclusões por doença pré-existente: Compromisso com a proteção real das pessoas seguras, assegurando que todas as condições clínicas sejam cobertas, sem discriminação.
- ✓ Parcerias com Associações Empresariais e Sindicatos: Desenvolvimento de acordos que facilitem o acesso a planos de saúde para trabalhadores de diferentes setores, incluindo PMEs e trabalhadores independentes.
- ✓ Inclusão Digital e Acessibilidade: Plataforma digital intuitiva para gestão de apólices, consulta da Rede Médica e submissão de sinistros, garantindo uma experiência fácil para todas as faixas etárias e perfis de utilizadores.

- ✓ Ofertas Adaptadas para Empresas com Diferentes Perfis de Colaboradores: Desenvolvimento de planos customizáveis que atendam às necessidades dos colaboradores.
- ✓ Programa de Educação em Saúde e Segurança: Acompanhamento das empresas na promoção de boas práticas de saúde e segurança laboral, reduzindo riscos e aumentando a qualidade de vida dos trabalhadores.

Estratégia para 2025 - Visão Mutualista da MGEN

A estratégia da MGEN Portugal para o ano de 2025 será orientada pelos seus princípios mutualistas, colocando a solidariedade e o bem-estar coletivo no centro da sua atuação. A nossa visão é proporcionar acesso universal à saúde e proteção social, promovendo soluções sustentáveis que atendam às necessidades de todas as empresas e trabalhadores, independentemente da sua dimensão ou setor.

A implementação desta estratégia mutualista será um diferencial competitivo no mercado segurador, reforçando a credibilidade da MGEN Portugal e promovendo um modelo de seguros mais humano, sustentável e acessível.

Processo de Expansão Internacional

A MGEN Portugal tem como objetivo consolidar a sua presença no mercado segurador também através da expansão internacional, iniciando a sua atividade em França e Dinamarca em regime de Livre Prestação de Serviços (LPS). Este processo de crescimento será estruturado de forma a dar resposta às necessidades especificas de cada país.

A.2. Desempenho da subscrição

Durante o ano de 2024, não foram realizadas operações relacionadas com a atividade seguradora, não ocorrendo assim a celebração de contratos de seguro, nem a emissão de prémios. No entanto, com vista a iniciar a sua atividade no setor, a MGEN Portugal está a estruturar a sua oferta para responder às necessidades das empresas e dos seus colaboradores, garantindo coberturas completas, acessíveis e diferenciadoras. Esta oferta será composta pelos seguintes produtos:

Seguros de Saúde Empresariais

- ✓ Planos Standard: Soluções modulares para empresas de todas as dimensões, garantindo coberturas essenciais como consultas, exames, hospitalização e medicamentos.
- ✓ Soluções *Tailor-Made*: Planos personalizados para grandes empresas, ajustados às necessidades dos seus colaboradores e às políticas de benefícios da empresa.
- ✓ Acesso à Rede Médica Privada: Garantia de assistência médica em hospitais e clínicas de referência.

- ✓ Telemedicina e Serviços Digitais: Facilitação do acesso a cuidados de saúde através de plataformas digitais.
- ✓ Bem-estar e Saúde Preventiva: Programas de check-ups, acompanhamento psicológico e aconselhamento nutricional.

Seguros de Acidentes Pessoais

- ✓ Cobertura para Acidentes Pessoais: Proteção em caso de acidente, assegurando cobertura para despesas médicas e compensações por incapacidade temporária ou permanente.
- ✓ Coberturas Complementares para Executivos e Profissões de Risco: Soluções ajustadas para profissões de elevado risco, garantindo proteção adicional.
- ✓ Assistência 24h: Serviços de apoio ao segurado em caso de acidente, incluindo transporte médico e apoio jurídico.

Diferenciação da Oferta

- ✓ Sem Exclusões por Doenças Pré-existentes: Garantia de acesso ao seguro de saúde para todos os colaboradores, sem restrições por histórico clínico.
- ✓ Sem Questionários Médicos: Processo de adesão simplificado, sem necessidade de avaliações médicas prévias.
- ✓ Cobertura Sem Limites de Idade: Garantia de proteção para colaboradores independentemente da sua idade.
- ✓ Flexibilidade para Empresas: Possibilidade de ajustar as coberturas conforme a evolução das necessidades da empresa e dos seus colaboradores.

A.3. Desempenho dos investimentos

A política de investimentos da MGEN Portugal foi delineada com o objetivo de garantir liquidez, segurança e uma gestão prudente dos recursos financeiros, em conformidade com os princípios estabelecidos pelo regime de Solvência II e as normas contabilísticas IFRS 9.

Uma vez que a Companhia de Seguros ainda não iniciou a comercialização dos seus produtos, os investimentos realizados em 2024 tiveram como prioridade a preservação do capital e a gestão eficiente da liquidez, assegurando que a companhia dispõe dos recursos necessários para o arranque da sua atividade em 2025.

A carteira de investimentos da MGEN Portugal é composta exclusivamente por depósitos à ordem e a prazo, refletindo uma estratégia de investimento conservadora e orientada para a preservação do capital. Durante o período em análise, o desempenho dos investimentos foi diretamente influenciado pela evolução das taxas de juro praticadas pelo mercado, resultando numa remuneração estável, em linha com as condições de mercado.

A carteira de investimento da MGEN Portugal, apresenta assim a seguinte distribuição:

(em milhares de euros)

Balanço Solvência II	31.12.2024
Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio	
Investimentos (outro que não unit-linked)	6 019
Imóveis (que não para uso próprio)	
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	
Títulos de Fundos Próprios	
Obrigações	
Fundos de Investimento	
Derivados	
Depósitos que não equivalentes a numerário	6 019
Empréstimos e hipotecas	
Depósitos à ordem	313
Total de ativos	6 332

A MGEN Portugal encerra 2024 com uma política de investimento conservadora, refletindo o caráter inicial da sua operação e garantindo que a Companhia de Seguros mantém liquidez suficiente para suportar o arranque da atividade comercial e o cumprimento dos seus compromissos financeiros.

A.4. Desempenho de outras atividades

Não aplicável.

A.5. Eventuais informações adicionais

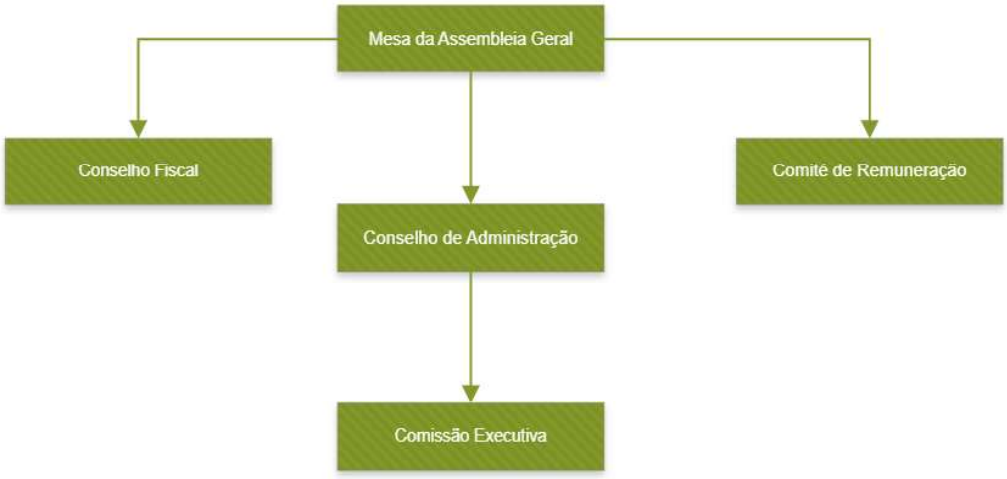
A MGEN Portugal não tem informação adicional a reportar neste capítulo.

B. SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

B.1. Informações gerais sobre o sistema de governação

O Sistema de Governação da MGEN Portugal – Companhia de Seguros, S.A. tem como objetivo uma gestão sã, prudente e eficiente da atividade, assenta numa estreita articulação entre os membros do conselho de administração, os dirigentes efetivos e os responsáveis das funções-chave, sendo que cada um tem uma área de responsabilidade definida.

Abaixo apresenta-se a estrutura do governo da MGEN Portugal durante o ano de 2024:



Mesa da Assembleia Geral

À Mesa da Assembleia Geral compete, para além do disposto na lei e em especial, aprovar os documentos fundamentais, como contas anuais, relatórios financeiros e alterações estatutárias, assegurar que os acionistas deliberam sobre temas estruturais incluindo fusões, aquisições, e mudanças estratégicas na MGEN Portugal.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela definição da estratégia e supervisão da gestão da Companhia de Seguros. As suas principais funções e responsabilidades incluem:

- ✓ Estabelecer a visão, missão e objetivos estratégicos da MGEN Portugal, alinhando-os com o mercado e as exigências regulatórias;
- ✓ Assegurar que a gestão diária é conduzida de acordo com as diretrizes estratégicas definidas, promovendo a sustentabilidade e rentabilidade da MGEN Portugal;

- ✓ Aprovar e monitorizar a política de gestão de riscos, assegurando que a MGEN Portugal dispõe de um sistema de controlo interno eficaz;
- ✓ Garantir que a MGEN Portugal opera em conformidade com as exigências das autoridades de supervisão (ASF e EIOPA – Autoridade de Supervisão de Seguros e Pensões Europeia)
- ✓ Delegar funções executivas na Comissão Executiva e avaliar periodicamente o seu desempenho;
- ✓ Definir políticas-chave, incluindo política de remuneração, sustentabilidade e responsabilidade social;

Comissão Executiva

A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão operacional da MGEN Portugal, assegurando a implementação da estratégia definida pelo Conselho de Administração. As suas responsabilidades incluem:

- ✓ Implementação das políticas e diretrizes estratégicas aprovadas pelo Conselho de Administração.
- ✓ Supervisionar as atividades de Comercialização de produtos, Gestão de Apólices e Gestão de Sinistros;
- ✓ Assegurar a gestão eficiente dos recursos financeiros da companhia, garantindo a sua solidez e cumprimento dos requisitos de solvência.
- ✓ Coordenar as funções de gestão de risco, atuariado, *compliance* e auditoria interna para garantir um funcionamento eficaz da MGEN Portugal.,

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão responsável pela supervisão e fiscalização da gestão financeira e administrativa da MGEN Portugal, assegurando a conformidade com a legislação e boas práticas de governação. As suas principais funções e responsabilidades incluem:

- ✓ Fiscalização das contas da MGEN Portugal, garantindo a conformidade com as normas contabilísticas e regulamentares;
- ✓ Avaliar a atuação do Conselho de Administração e a eficácia dos sistemas de controlo interno e gestão de riscos;
- ✓ Emitir parecer sobre o Relatório e Contas e outros documentos financeiros;
- ✓ Acompanhar o trabalho dos auditores externos e assegurar a qualidade da informação financeira;
- ✓ Monitorizar os trabalhos da auditoria interna;
- ✓ Supervisionar os trabalhos de auditoria externa, incluindo os aspetos de independência.

Comité de Remuneração

O Comité de Remuneração tem como principal função garantir que a política de remuneração da companhia está alinhada com a sua estratégia e sustentabilidade. Este órgão é composto por três membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo um Presidente e dois Vogais. As suas principais responsabilidades incluem:

- ✓ Prestação de apoio na definição da presente Política, em estreita colaboração com o Conselho de Administração/Comissão Executiva;
- ✓ Preparação de decisões e recomendações sobre matérias relativas a remuneração;
- ✓ Prestação de informação adequada ao Conselho de Administração/Comissão Executiva relativamente ao funcionamento da presente Política;
- ✓ Definição, Monitorização e Revisão da Política de Remuneração, assegurando que as práticas de remuneração são justas e competitivas.

Comité de Risco

O Comité de Risco tem como principal objetivo garantir que os riscos são devidamente identificados, avaliados e geridos, em conformidade com o apetite ao risco da Companhia de Seguros e com os requisitos regulatórios aplicáveis, assegurando ainda a eficácia do Sistema de Controlo Interno.

Este Comité reúne-se mensalmente e é composto pelos responsáveis das Direções do Departamento de Gestão de Risco, do Departamento Técnico, do Departamento Administrativo e Financeiro e do Departamento de *Compliance*, bem como, por ambos os membros da Comissão Executiva da Companhia de Seguros. O Comité de Risco tem como principais responsabilidades:

- ✓ Gestão de Riscos: Propõe alterações às políticas de gestão de riscos, valida objetivos e limites de apetite ao risco, revê a cartografia dos riscos e identifica riscos emergentes. Supervisiona Testes de Stress e Análises de Sensibilidade, bem como a realização de exercícios de ORSA não-regular, quando necessário.
- ✓ Controlo Interno e Gestão de Riscos Operacionais: Acompanha as atividades de controlo interno, sugere melhorias, supervisiona a implementação das melhores práticas e monitoriza os indicadores de risco e incidências relevantes.
- ✓ Gestão de Riscos de Investimento e ALM: Propõe a alocação estratégica dos ativos e alterações à Política de Investimento Responsável.
- ✓ Gestão do Capital e Solvência II: Monitoriza os resultados do cálculo dos requisitos de Solvência II e propõe exercícios de ORSA não-regular quando necessário.

Comité Técnico

O Comité Técnico tem como objetivo a patilha de métodos e pressupostos atuariais, subscrição de seguros e resseguros, a revisão das políticas de subscrição e resseguro, a validação das provisões técnicas e a análise da regulamentação aplicável, assegurando o alinhamento da estratégia da MGEN Portugal.

Este Comité é composto pelos responsáveis das Direções do Departamento Técnico, do Departamento de Gestão de Risco e do Departamento de Compliance, bem como, pela Função-chave Atuarial, quando distinta do responsável do Departamento Técnico, e por ambos os membros da Comissão Executiva da Companhia de

Seguros (em função dos temas a debater, poderão ainda ser convidados a participar no Comité Técnico, diretores de outros departamentos da MGEN Portugal).

O Comité Técnico deve reunir-se pelo menos, duas vezes por ano (antes do encerramento anual de contas prudenciais a fim de apresentar e validar as alterações previstas relativamente ao mesmo, nomeadamente, para que a Função-chave Atuarial possa coordenar o cálculo das provisões técnicas calculadas pela mesma, e após o encerramento das contas anuais daquela, a fim de apresentar o detalhe das provisões técnicas e a análise da sua evolução).

O Comité Técnico da Companhia de Seguros tem como missão garantir que a subscrição, o resseguro e a gestão de provisões são geridas de forma eficaz e tem, nesse âmbito, as seguintes competências:

- ✓ Partilha de métodos e pressupostos utilizados a nível da Companhia de Seguros e acompanhamento da evolução da lei e/ou regulamentação aplicável em sede de subscrição de resseguro;
- ✓ Acompanhar o risco de Subscrição e a revisão da Política de Subscrição, a desenvolver pela Direção do Departamento Técnico da Companhia de Seguros, caso de parecer emitido pela Função-chave Atuarial da mesma resulte a sua desadequação à estratégia de negócio que aquela pretende prosseguir;
- ✓ Apresentar novos produtos desenvolvidos pela Companhia de Seguros e a sua tarifação;
- ✓ Abordar temas relacionados com a Política de Resseguro da Companhia de Seguros, bem como, analisar e, se necessário, rever a eficácia do Programa de Resseguro da mesma, partilhando os resultados dos estudos de otimização do referido programa e seu impacto na manutenção da estrutura de apetite ao risco daquela.

O Comité Técnico garante a conformidade, eficiência e alinhamento estratégico na gestão de provisões, subscrição e resseguro

Comité de Produto

O Comité de Produto, composto por colaboradores de diversas direções, a definir consoante a natureza e dimensão dos trabalhos a desenvolver, terá como objetivo analisar todos os aspetos relacionados com a conceção e comercialização daqueles ou com a implementação, pela Companhia de Seguros, de uma nova estratégia de distribuição ou canal de distribuição, incluindo:

- ✓ Conceção do Produto - Conceber produtos com especificidades e características adequadas à oportunidade de negócio que foi diagnosticada, considerando a Adequação do Produto, Definição da Estratégia de Distribuição e os Testes do Produto;
- ✓ Acompanhamento e Monitorização do Produto

Considerando a periodicidade estabelecida na Ficha de Produto relativamente a ações de acompanhamento e monitorização dos produtos, o calendário de reuniões do Comité de Produto será definido no início de cada ano, sem prejuízo de qualquer alteração que venha a revelar-se necessária.

A definição de medidas corretivas que se considere necessário adotar será da responsabilidade da Comissão Executiva da Companhia de Seguros, mediante sugestão do Comité de Produto e depois de obtido parecer positivo da Direção do Departamento Comercial, da Direção do Departamento Operacional, da Direção do Departamento Administrativo e Financeiro e/ou das Direções dos Departamentos Técnico e de Gestão de Riscos da mesma, quando estas ou alguma destas não participem daquele, bem como da Direção do Departamento de Legal e da Direção do Departamento de Compliance.

Funções-Chave

O sistema de Governação de Risco inclui as seguintes funções-chave:

Função de Gestão de Risco: verifica se todos os riscos dentro do grupo estão a ser tratados. A sua abordagem transversal e prospetiva da empresa permite-lhe identificar e avaliar os riscos emergentes, as suas interações e as medidas tomadas para os mitigar. Participa nos processos de elaboração da cartografia dos riscos e do ORSA;

Função de *Compliance*: Aconselha, antecipa e verifica a conformidade com as evoluções do ambiente jurídico da estrutura; assim, reforça o controlo dos riscos de não conformidade (risco de sanção judicial, administrativa ou disciplinar);

Função Atuarial: Garante a adequação dos métodos e das hipóteses no cálculo das provisões técnicas, avalia a suficiência e a qualidade dos dados, e emite parecer sobre a política global de subscrição e sobre a adequação das disposições em matéria de resseguro. Participa também no sistema de gestão dos riscos.

Função de Auditoria Interna: É responsável pelo controlo periódico para avaliar de forma objetiva e independente a eficácia e a coerência do sistema de controlo permanente, avaliando o nível de controlo dos processos e dos riscos a que estão expostos.

Política de Remuneração

A Política de Remuneração da MGEN Portugal – Companhia de Seguros, S.A. aplica-se a todos os colaboradores e funções da MGEN Portugal, estabelecendo princípios e mecanismos para a atribuição de remuneração fixa, variável e benefícios complementares. Esta política é revista anualmente para garantir a sua adequação às melhores práticas de mercado e às exigências regulatórias.

A estrutura de remuneração da Companhia compreende:

- **Remuneração Fixa**: Representa a componente base da remuneração e reflete as responsabilidades, competências e experiência de cada colaborador.
- **Remuneração Variável**: Aplicável a determinados colaboradores e baseada em critérios de desempenho individuais, coletivos e da Companhia.
- **Benefícios Complementares**: Incluem seguros de saúde e outros benefícios compatíveis com as práticas do mercado.

Política de Remuneração dos Órgãos Sociais

A Política de Remuneração dos Órgãos Sociais da MGEN Portugal, é avaliada e revista anualmente pelo Comité de Remuneração da mesma, órgão composto por três membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo um Presidente e dois Vogais. Este modelo assegura a formulação de juízos informados e independentes sobre a política e práticas de remuneração da MGEN Portugal e sobre os incentivos criados para efeitos da gestão de riscos, de capital e liquidez, garantindo que os mesmos são coerentes com uma gestão sã e prudente da Companhia e Seguros.

B.2. Requisitos de qualificação e de idoneidade

A Companhia de Seguros possui uma Política de Seleção e Avaliação da Adequação e Registo Prévio para o Exercício de Funções Reguladas em vigor, enquadrada de acordo com o Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) que tem como objetivo estabelecer os princípios gerais da avaliação da adequação das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam, são responsáveis ou exercem funções-chave.

Estes requisitos aplicam-se às pessoas que efetivamente dirigem a Companhia de Seguros, aos colaboradores responsáveis por funções-chave, colaboradores integrando as funções-chave, colaboradores responsáveis pela gestão de atividades subcontratadas, pessoas responsáveis pela distribuição de produtos de seguros, colaboradores que estão diretamente envolvidos na distribuição de produtos de seguros, bem como a todos os colaboradores cujas funções tenham impacto na estratégia e perfil da empresa.

B.3. Sistema de gestão de riscos com inclusão da autoavaliação do risco e da solvência

O sistema de gestão de riscos é uma componente essencial para a atividade e sustentabilidade da Companhia de Seguros. O objetivo do sistema de gestão de riscos na Companhia de Seguros é identificar, avaliar, monitorizar, gerir e reportar os riscos a que a Companhia de Seguros está exposta no âmbito das suas atividades. Este sistema

é importante para assegurar a estabilidade financeira da Companhia de Seguros, proteger os interesses das pessoas seguras e cumprir as exigências regulamentares impostas pelo regulador.

A MGEN Portugal tem implementado um dispositivo de gestão de riscos cuja organização é definida na Política de Gestão de Riscos e ORSA e aprovada pela Comissão Executiva.

O apetite ao risco da MGEN Portugal é validado pelo conselho de administração. Este apetite é expresso por um rácio de cobertura de Solvência II (Fundos Próprios Elegíveis / SCR) de 150% no mínimo ao longo do horizonte do plano estratégico, que é de 3 anos. Este apetite ao risco é progressivamente traduzido em indicadores de acompanhamento e limites de risco associados por áreas, integrados nos processos e procedimentos de controlo permanente.

A identificação dos riscos é realizada em diferentes níveis da organização e por todos os envolvidos na gestão dos riscos:

- ✓ A cartografia dos riscos principais;
- ✓ A cartografia dos riscos operacionais, relacionados com os processos;
- ✓ A cartografia dos riscos informáticos realizada pelo Responsável da Segurança da Informação (CISO);
- ✓ Qualquer risco reportado através dos canais de informação ascendentes (*bottom up*);
- ✓ A declinação operacional do apetite ao risco (tolerâncias / limites);
- ✓ As informações provenientes do controlo permanente (incluindo a função atuarial);
- ✓ Qualquer risco reportado pela auditoria interna no âmbito do controlo periódico;
- ✓ Qualquer risco reportado pelo supervisor no âmbito do seu acompanhamento.

A função de gestão de riscos é responsável por centralizar todas essas informações e verificar a sua coerência. Acima de tudo, deve avaliar a criticidade desses riscos em relação aos meios de controlo existentes.

A função de gestão de risco deve verificar se todos os riscos identificados estão sob controlo. Pode ser chamada a aconselhar os gestores sobre as técnicas de mitigação a implementar, se necessário. Neste nível, é essencial garantir o cumprimento das normas e dos limites operacionais a aplicar para manter o perfil de risco em consonância com a estratégia de gestão de riscos definida. A revisão dos riscos é validada pela Comissão Executiva.

Cada grupo de riscos é confiado à responsabilidade do departamento especializado (por exemplo: risco de subscrição para Atuariado, riscos de corrupção para Compliance). A função de gestão de riscos é responsável pelo acompanhamento dos riscos da MGEN Portugal. Baseia-se, para tal, nos trabalhos de análise realizados pelos responsáveis dos riscos.

B.3.1 Autoavaliação dos Riscos e Solvência (ORSA)

A Autoavaliação dos Riscos e Solvência (*Own Risk and Solvency Assessment* - ORSA) constitui um elemento fundamental do sistema de governação da MGEN Portugal. O processo de ORSA tem como objetivo avaliar a

capacidade da MGEN Portugal para cumprir os seus requisitos de solvência e obrigações financeiras no curto e longo prazo, tendo em conta o seu perfil de risco, estratégia de negócio e ambiente regulatório.

Objetivos do ORSA

- ✓ O processo de ORSA tem como principais objetivos:
- ✓ Avaliar a adequação do perfil de risco da Companhia de Seguros em relação à sua capacidade de solvência;
- ✓ Assegurar a coerência entre a estratégia da Companhia de Seguros e a sua apetência pelo risco;
- ✓ Identificar, monitorizar e mitigar os principais riscos que podem afetar a estabilidade financeira da Companhia de Seguros;
- ✓ Garantir a conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela Diretiva Solvência II e pelas orientações da Autoridade de Supervisão;
- ✓ Incorporar os resultados da ORSA no processo de tomada de decisão e na definição da estratégia da Companhia de Seguros.

Metodologia

A Companhia de Seguros adota uma abordagem estruturada e integrada para a realização do ORSA, incluindo:

- ✓ Identificação e Avaliação de Riscos: Análise dos principais riscos aos quais a Companhia de Seguros está exposta, tais como riscos de subscrição, de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais e estratégicos.
- ✓ Modelização e Avaliação da Solvência: Cálculo do Requisito de Capital de Solvência II, face à exposição ao risco, considerando tanto os requisitos regulamentares quanto a visão interna da MGEN Portugal.
- ✓ Cenários e Testes de Stress: Análise de cenários adversos e testes de stress para avaliar a resiliência financeira da MGEN Portugal perante eventos extremos.
- ✓ Integração com a Gestão de Risco e Tomada de Decisão: Incorporação dos resultados da ORSA na estratégia de negócio, processo de revisão do apetite ao risco.

Conclusões e Ações

Os resultados da ORSA permitem à MGEN Portugal identificar necessidades de capital adicionais, definir estratégias de mitigação de risco e garantir a robustez da sua posição de solvência. As conclusões da avaliação são comunicadas à Comissão Executiva/Conselho de Administração e utilizadas para o aperfeiçoamento dos processos internos de controlo e planeamento estratégico. De acordo com os resultados obtidos no exercício, a MGEN Portugal define ações corretivas a implementar, de forma a repor o rácio de solvência em níveis adequados.

A MGEN Portugal mantém um compromisso de melhoria contínua no processo de ORSA, assegurando que a autoavaliação de riscos e solvência permanece alinhada com as melhores práticas do setor e com a evolução do mercado segurador.

A Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) é realizada anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração, podendo ocorrer de forma extraordinária em caso de alterações relevantes.

B.4. Sistema de Controlo Interno

O sistema de controlo interno da MGEN Portugal – Companhia de Seguros, S.A. compreende e distingue o controlo permanente e o controlo periódico.

O controlo permanente é composto por dois níveis de defesa:

- ✓ Controlo permanente de primeiro nível:
  - A execução dos elementos de controlo integrados nos processos (aplicação de procedimentos administrativos e contabilísticos, controlos manuais ou automatizados, revisões hierárquicas, etc.) é realizada pelas equipas das áreas de negócio responsáveis pela implementação dos processos de seguros e de gestão dos seguros.

Além disso, tendo em conta as atividades da MGEN Portugal, o dispositivo de controlo interno das atividades de seguros considera as exigências em termos de controlo dos riscos e integra-as num plano de controlo interno global e coerente.

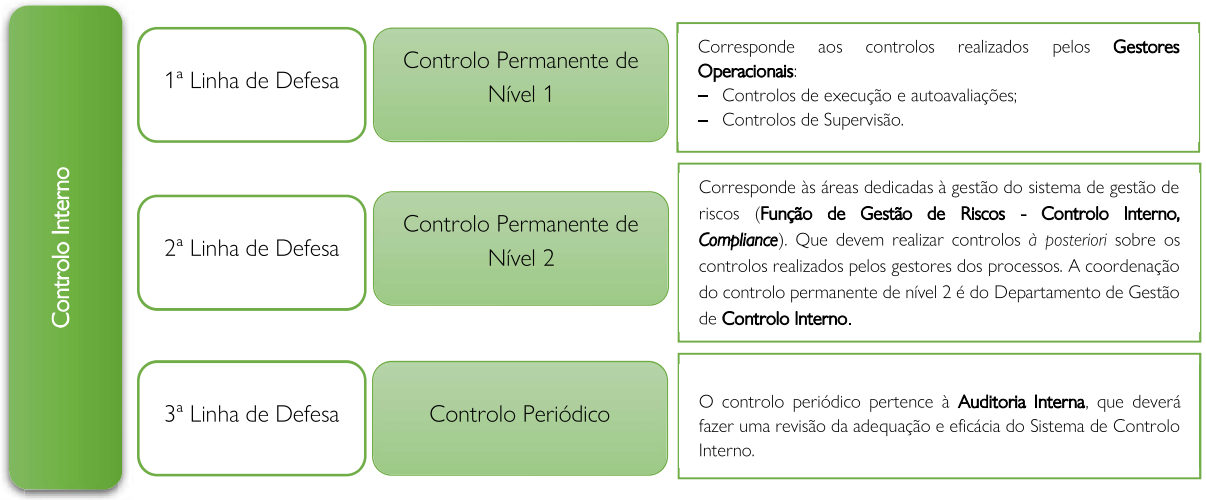
- ✓ Controlo permanente de segundo nível:
  - O controlo interno garante a gestão do dispositivo de controlo permanente, são implementados os controlos permanentes de segundo nível e assegura a supervisão dos controlos de primeiro nível realizados pelos gestores operacionais;
  - Em relação especificamente aos riscos de não conformidade, a gestão dos controlos permanentes de primeiro e segundo nível é garantida pela função-chave de *compliance*, que se apoia, em particular, nas equipas que realizam o controlo permanente.

O Controlo Periódico refere-se ao conjunto de verificações independentes realizadas em intervalos de tempo definidos, com o objetivo de avaliar a eficácia do sistema de controlo interno e a adequação das políticas e procedimentos adotados pela MGEN Portugal. Estes controlos são efetuados por entidades ou funções que não intervêm diretamente nas operações diárias, como a auditoria interna, a função de gestão de risco e outras funções de controlo de segundo e terceiro níveis.

Este tipo de controlo complementa o controlo permanente, que é realizado em tempo real ou de forma contínua, garantindo uma abordagem equilibrada entre monitorização operacional e avaliação estratégica dos riscos.

Modelo das três linhas de defesa:

As atividades de Gestão de Risco estão organizadas de acordo com o modelo das 'três linhas de defesa'. O modelo das "três linhas de defesa" incorpora a integração da gestão de risco e a consciência do risco na organização. Adicionalmente realça que existem diferentes níveis de controlo e meios para escalonamento, caso necessário.



O controlo permanente é sujeito a uma avaliação independente através de um controlo periódico exercido pela função-chave de auditoria interna, que, por sua vez, constitui o terceiro nível de defesa do sistema de controlo interno da MGEN Portugal.

No que diz à Segurança da Informação e Resiliência Operacional, a MGEN Portugal tem vindo a implementar as diretrizes do Regulamento DORA (*Digital Operational Resilience Act*) com o objetivo de reforçar a resiliência operacional digital e garantir a continuidade das operações críticas. Como parte deste processo, foram adotadas medidas para assegurar a robustez dos sistemas de informação, incluindo a implementação de controlos internos reforçados, a gestão de riscos de TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) e a supervisão rigorosa dos prestadores de serviços externos.

Adicionalmente, foram desenvolvidos planos de continuidade de negócio e resposta a incidentes, alinhados com os requisitos do DORA, permitindo uma monitorização contínua e uma resposta eficaz a potenciais ameaças cibernéticas. A MGEN Portugal assegura que a conformidade com o regulamento é mantida através de revisões periódicas e auditorias internas, garantindo a adequação e eficácia das medidas implementadas. Estas iniciativas reforçam a capacidade da Companhia de Seguros de mitigar riscos tecnológicos e garantir a estabilidade operacional no longo prazo.

Função de Compliance

A Política de Compliance, define os princípios orientadores da atividade desenvolvida pela Função-chave de Compliance da MGEN Portugal – Companhia de Seguros, S.A., no âmbito das suas competências de verificação do cumprimento, bem como aqueles que estruturam a gestão do risco de Cumprimento (Conformidade) desenvolvida pela mesma, em consonância com o regime de Solvência II e os objetivos pelo mesmo estabelecidos em matéria de governação das empresas de seguros.

Tendo a sua origem no regime de Solvência II, a Função-chave de Compliance tem como objetivo proporcionar uma garantia razoável (e não uma garantia absoluta) sobre o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da Companhia de Seguros, bem como do nível de controlo dos riscos associados a tal atividade.

Parte integrante da segunda linha de defesa do Sistema de Gestão de Riscos, ao garantir o cumprimento das disposições legais e regulamentares, a Função-chave de Compliance tem também a missão de preservar a reputação da imagem da Companhia de Seguros e de assegurar o cumprimento das normas internas pela mesma definidas.

Sendo independente das funções operacionais da Companhia de Seguros, a Função-chave de Compliance é uma das responsáveis pela organização e dinamização do Sistema de Controlo Interno da mesma, em conformidade com o regime de Solvência II e com os princípios orientadores definidos pelo Grupo MGEN.

A Função-chave de Compliance é, em concreto, um elemento-chave do Sistema de Controlo Interno e, consequentemente, do processo global de gestão do risco (identificação, avaliação, monitorização e controlo) de Cumprimento (Conformidade), sendo responsável pela definição do Programa de Compliance da Companhia de Seguros bem como pela definição anual do Plano de Cumprimento (Conformidade) da mesma.

A Função-chave de Compliance da Companhia de Seguros elabora e atualiza a cartografia de riscos de Cumprimento (Conformidade) e é responsável pela implementação ou acompanhamento de qualquer novo processo ou procedimento que permita otimizar a gestão do mesmo, e, no quadro da metodologia definida pelo Grupo MGEN e sob a orientação da Função de Controlo Interno, as suas competências incluem, nomeadamente:

- ✓ Identificar e classificar os riscos de Cumprimento (Conformidade);
- ✓ Avaliar os riscos de Cumprimento (Conformidade);
- ✓ Analisar o nível de controlo existente relativamente aos riscos de Cumprimento (Conformidade);
- ✓ Determinar o nível de exposição líquida aos riscos de Cumprimento (Conformidade);
- ✓ Propor ações corretivas e planos de melhoria para otimizar o controlo dos riscos de Cumprimento (Conformidade) identificados e prevenir qualquer incidente de grande magnitude;
- ✓ Definir indicadores de gestão relevantes, bem como as respetivas modalidades de monitorização e reporte de riscos de Cumprimento (Conformidade) à Comissão Executiva, sempre que tal se revele necessário.

B.5. Função de Auditoria Interna

A Função Auditoria Interna é assegurada pelo Responsável Interno da Função apoiado pela empresa PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, LDA no desempenho da função de Auditoria Interna.

A MGEN Portugal com a externalização desta função-chave procura obter um serviço que será uma mais-valia para o negócio, uma vez que terá uma equipa experiente e com uma capacidade multidisciplinar que permitirá ter um sistema de controlo e governação mais eficaz e amplo.

A Auditoria Interna tem como objetivo apoiar a gestão da MGEN Portugal, alinhando-se com a estratégia definida pelo Conselho de Administração. A Auditoria Interna realiza uma avaliação independente, focada na análise da adequação e eficácia do Sistema de Gestão de Riscos e do Sistema de Controlo Interno. Este trabalho inclui a avaliação do desempenho das atividades e processos críticos, assegurando que estão em conformidade com as políticas e normas em vigor, e visa melhorar a eficácia desses sistemas, bem como o Sistema de Governação e o alcance dos objetivos da MGEN Portugal.

O papel, missão, deveres, reporte, estrutura operacional e independência da Função de Auditoria Interna da MGEN Portugal encontra-se formalizada na Política de Auditoria Interna.

B.6. Função Atuarial

A missão da função-chave atuarial é garantir a adequação das provisões técnicas por meio da avaliação dos dados, hipóteses e modelos utilizados para as suas avaliações, bem como validar a qualidade dos dados utlizados, contribuir para a implementação e melhoria do sistema de gestão de riscos em conjunto com as funções-chaves de Gestão de Risco e *Compliance* e emitir uma opinião global sobre as políticas de subscrição e resseguro e a sua aplicação.

Responsabilidades

- ✓ Coordenar o cálculo das provisões técnicas;
- ✓ Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- ✓ Avaliar a suficiência e a qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- ✓ Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- ✓ Informar o órgão de administração sobre o grau de fiabilidade e adequação do cálculo das provisões técnicas;
- ✓ Supervisionar o cálculo das provisões técnicas;
- ✓ Emitir parecer sobre a política de subscrição;
- ✓ Emitir parecer sobre a adequação dos acordos de resseguro;
- ✓ Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos, em especial no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, bem como a participação na elaboração do ORSA.

A função atuarial deve ser exercida por pessoas com conhecimentos de matemática atuarial e financeira adequados à natureza, dimensão e complexidade dos riscos inerentes à atividade da MGEN Portugal e que demonstrem possuir experiência relativamente às normas aplicáveis.

B.7. Subcontratação

A política de subcontratação da MGEN Portugal descreve o âmbito, as responsabilidades, os princípios-chave de implementação, bem como as modalidades de comunicação e de reporte aplicáveis quanto à subcontratação de funções ou atividades de seguro em que o prestador de serviços realiza, diretamente ou mediante nova subcontratação, um processo, serviço ou atividade que de outra forma seria realizado pela própria MGEN Portugal.

A política especifica as atividades que podem ser qualificadas como importantes ou críticas, conforme indicado na diretiva de Solvência II.

A MGEN Portugal tem as atividades / funções subcontratadas conforme se apresenta abaixo:

Atividade Subcontratada	Entidade Subcontratada
Gestora da Rede de Prestadores	AdvanceCare - Gestão de Serviços Saúde, S.A.
Função-Chave de Auditoria Interna	PwC Portugal
Contabilidade	SOCICONTA - Informática e Gestão
Recursos Humanos – Processamento Salarial	SOCICONTA - Informática e Gestão
Serviços de Segurança de Informação	Integrity S.A.
Consultoria em Sistemas de informação	Neartech Solutions, S.A.

A MGEN Portugal garante que não efetuará a subcontratação de funções ou atividades operacionais se da mesma resultar:

- ✓ Um prejuízo significativo para a qualidade do sistema de governação;
- ✓ Um aumento indevido do risco operacional;
- ✓ Um prejuízo para a capacidade da ASF de verificar que a MGEN Portugal cumpre as suas obrigações;
- ✓ Um prejuízo para a continuidade ou qualidade dos serviços prestados aos Tomadores de Seguros, Pessoas Seguras e Beneficiários.

B.8. Eventuais informações adicionais

Não existem informações adicionais a reportar neste capítulo.

C. PERFIL DE RISCO

O perfil de risco de uma companhia de seguros reflete a natureza e a magnitude dos riscos a que a empresa está exposta no exercício da sua atividade. A identificação, avaliação e gestão destes riscos são fundamentais para assegurar a solvência da Companhia de Seguros e a proteção dos seus tomadores de seguros e pessoas seguras.

Neste capítulo, são analisadas as principais categorias de risco, incluindo o risco de subscrição, o risco de mercado, o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco operacional. A MGEN Portugal adota uma abordagem estruturada à gestão de riscos, alinhada com os princípios da Solvência II, garantindo a aplicação de mecanismos eficazes de mitigação e monitorização.

A exposição ao risco é influenciada pelo perfil da carteira de seguros, pelas condições de mercado e pela estratégia da companhia. Desta forma, o presente capítulo fornece uma visão abrangente sobre a forma como a Companhia de Seguros identifica, mede e gere os riscos, assegurando a sua resiliência financeira e a capacidade de cumprimento dos compromissos assumidos com os seus clientes e demais *stakeholders*.

Em caso de alterações significativas no perfil de risco da MGEN Portugal, deverão ser adotadas ações adequadas a cada risco, de imediato. A MGEN Portugal, identifica assim os diversos riscos a que se encontra exposta, de modo a apresentar o seu perfil de risco, procedendo de seguida à sua avaliação. A MGEN Portugal para avaliar os riscos utiliza a fórmula-padrão no cálculo do requisito de capital de solvência, para os riscos não incluídos nesta fórmula, a MGEN Portugal faz uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto estimado nas necessidades de capital da mesma.

C.1. Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros ou risco de subscrição pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

A MGEN Portugal gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição, de tarifação, de provisionamento e de resseguro. O Departamento de Técnico é responsável por avaliar e gerir o risco específico de seguros no contexto das políticas e diretrizes definidas, bem como envolver outras direções relevantes no que respeita às políticas de subscrição, provisionamento e resseguro dos produtos.

C.1.1 Risco específico de seguros Não Vida

O risco específico de seguros Não Vida está relacionado com a exposição da companhia a flutuações nos sinistros e nas provisões técnicas associadas às apólices emitidas, incluindo a adequação dos prémios cobrados face aos

riscos cobertos. Este tipo de risco pode ser influenciado por uma série de fatores, como mudanças nas condições de mercado, eventos catastróficos, alterações legislativas ou regulatórias e tendências de sinistralidade.

C.1.2 Risco específico de seguros de acidentes e doença

O risco específico dos seguros de Acidentes e Doença refere-se às incertezas associadas à frequência e severidade dos sinistros neste segmento, bem como à adequação das provisões técnicas e à sustentabilidade financeira das coberturas oferecidas. Este risco pode ser influenciado por fatores como a evolução demográfica, alterações no custo dos cuidados de saúde, mudanças regulatórias e o comportamento das pessoas seguras.

A MGEN Portugal a 31 de dezembro de 2024 não apresentava exposição a este risco, uma vez que não foram realizadas operações relacionadas com a atividade de seguros, não ocorrendo assim a celebração de contratos de seguro, nem a emissão de prémios.

C.2. Risco de Mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de perda decorrente das atividades nos mercados de investimentos. Este risco assume diferentes formas e é avaliado através dos seguintes métodos quantitativos de acordo com a Diretiva de Solvência II:

- **Risco acionista:** variação do valor da carteira de investimentos devido a uma queda nos índices de ações;
- **Risco de taxa de juro:** variação do valor da carteira de investimentos devido a um aumento ou diminuição das taxas de juro;
- **Risco cambial:** variação do valor da carteira de investimentos devido a movimentos nas taxas de câmbio;
- **Risco imobiliário:** variação do valor da carteira de investimentos devido a uma queda dos preços imobiliários;
- **Risco de spread**: variação do valor da carteira de investimentos devido a um aumento das margens de risco dos emissores de obrigações;
- **Risco de concentração:** risco associado a uma sobre exposição a um ou vários emissores em particular.

Todos estes riscos são monitorizados trimestralmente no reporte de Solvência II.

A MGEN Portugal gere o seu risco de mercado através de vários indicadores, que são regularmente monitorizados e apresentados ao Comité de Risco e ao Conselho de Administração/Comité Executivo. Os principais indicadores são:

- ✓ A alocação estratégica dos investimentos validada pelo conselho de administração;
- ✓ A evolução das mais-valias e menos-valias latentes e o rendimento por tipo de ativo;

- ✓ A repartição por notação dos ativos em carteira e o cumprimento das regras de dispersão definidas pela MGEN Portugal;
- ✓ A concentração do portefólio num setor, país ou zona geográfica;
- ✓ Nos ativos cotados, também são monitorizados indicadores financeiros clássicos como a volatilidade do portefólio ou a perda máxima.

A MGEN Portugal a 31 de dezembro de 2024 tinha apenas exposição a risco de concentração.

(em milhares de euros)

Risco de Mercado	31.12.2024
Risco de Taxa de Juro	0
Risco Accionista	0
Risco de Imobiliário	0
Risco de Spread	0
Risco de Concentração	4
Risco Cambial	0
Requisito de Capital de Solvência	**4**

C.3. Risco de Crédito

O risco de crédito corresponde à medida do impacto nos fundos próprios decorrente de movimentos desfavoráveis relacionados com o incumprimento das partes com as quais a MGEN Portugal detém uma dívida ou uma garantia. Para a MGEN Portugal, este risco de incumprimento pode resultar de:

- ✓ Falta de pagamento das dívidas detidas junto de terceiros;
- ✓ Incumprimento por parte de um ressegurador;
- ✓ Incumprimento por parte dos bancos relativamente aos depósitos bancários.

A MGEN Portugal mede o risco de crédito através de:

- ✓ classificação de crédito dos bancos;
- ✓ classificação de crédito dos resseguradores;
- ✓ concentração da carteira em termos de bancos e resseguradores.

A MGEN Portugal assegura a qualidade e a fiabilidade dos resseguradores e dos bancos durante a sua seleção, monitorizando a sua solidez financeira através do seu rácio de solvência e classificação de crédito.

A 31 de dezembro de 2024, o requisito de capital para o risco de incumprimento pela contraparte era de:

(em milhares de euros)

Risco de Incumprimento pela Contraparte		31.12.2024
	Tipo 1	927
	Tipo 2	0
Requisito de Capital para incumprimento pela contraparte		**927**

C.4. Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de perda resultante de uma falta de liquidez disponível a curto prazo para cumprir os compromissos da MGEN Portugal. No âmbito da sua atividade, trata-se essencialmente, para a MGEN Portugal, da sua capacidade de pagar os sinistros/reembolsos aos aderentes.

Para os seus compromissos de curto prazo relacionados com a atividade, a MGEN Portugal monitoriza:

- ✓ a evolução dos valores pagos e provisões;
- ✓ os prazos de pagamento;
- ✓ o nível de tesouraria;
- ✓ a liquidez dos investimentos mantidos em carteira.

A MGEN Portugal elabora um relatório onde apresenta os níveis de tesouraria disponíveis para fazer face aos fluxos futuros e permite antecipar investimentos ou desinvestimentos nas carteiras de investimento a mais longo prazo. Os ativos de investimento mantidos na carteira representam depósitos à ordem e a prazo.

Para controlar o risco de liquidez, a MGEN Portugal, no âmbito da sua gestão de investimentos, assegura-se de que dispõe de uma categoria de ativos de curto prazo que possam ser vendidos imediatamente para responder rapidamente a uma potencial falta de liquidez.

C.5. Risco Operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perda resultante da falha ou inadequação de procedimentos internos, pessoas ou sistemas inadequados ou de eventos externos. A MGEN Portugal classifica este risco por natureza, segundo a seguinte tipologia:

- ✓ Clientes, produtos, práticas comerciais;
- ✓ Execução das operações;
- ✓ Subcontratação;
- ✓ Sistema de informação;
- ✓ Gestão de projetos;

- ✓ Recursos humanos: emprego e segurança no local de trabalho;
- ✓ Segurança e proteção dos bens;
- ✓ Fraude e corrupção;
- ✓ Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo – LCBFT.

A MGEN Portugal tem em fase de implementação uma base de incidentes, onde devem ser registados todos os incidentes relacionados com riscos operacionais.

A 31 de dezembro de 2024, a MGEN Portugal, de acordo com a Diretiva de Solvência II, não tinha exposição ao risco operacional, uma vez que ainda não tinha prémios emitidos.

C.6. Outros Riscos Materiais

A MGEN Portugal não tem nada a declarar.

C.7. Eventuais Informações Adicionais

A MGEN Portugal não tem informação adicional a reportar neste capítulo.

D. AVALIAÇÃO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA

A avaliação para efeitos de solvência tem como objetivo determinar a posição financeira da MGEN Portugal de acordo com os princípios estabelecidos pelo regime de Solvência II. Esta avaliação baseia-se na mensuração prudente e transparente dos ativos, passivos e provisões técnicas, garantindo que a empresa dispõe de fundos próprios suficientes para cumprir os seus compromissos para com as pessoas seguras e outras partes interessadas.

No presente capítulo, são apresentados os critérios e metodologias utilizados na avaliação dos diferentes elementos do balanço económico, evidenciando eventuais diferenças face ao reporte contabilístico. São igualmente analisados os principais ajustamentos efetuados para refletir o justo valor dos ativos e passivos, bem como os mecanismos adotados para assegurar a conformidade com os requisitos regulatórios em matéria de solvência II.

D.1. Ativos

Neste capítulo vão ser apresentadas as classes de ativos presentes no balanço da MGEN Portugal para efeitos de Solvência II. Para cada uma das classes de ativos vão ser apresentadas as regras de valorização.

(em milhares de euros)

	31.12.2024	
Balanço Solvência II	Valor Solvência II	Valor Contas Estatutárias
Goodwill		
Custos de aquisição diferidos		
Ativos intangíveis		28
Ativos por impostos diferidos	190	184
Excedente de prestações de pensão		
Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio		
Investimentos (outro que não unit-linked)	6 019	6 019
Imóveis (que não para uso próprio)		
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações		
Títulos de Fundos Próprios		
Obrigações		
Organismos de investimento coletivo		
Derivados		
Depósitos que não equivalentes a numerário	6 019	6 019
Outros investimentos		
Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação		
Empréstimos e hipotecas		
Montantes Recuperáveis de contratos de resseguro dos ramos:		
Depósitos em cedentes		
Valores a receber de operações de seguro e mediadores		
Valores a receber a título de operações de resseguro		
Valores a receber (de operações comerciais, não de seguro)	24	24
Ações próprias (detidas diretamente)		
Depósitos à ordem	313	313
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos do balanço	624	624
Total de ativos	7 170	7 192

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis estão registados no balanço IFRS com um valor líquido contabilístico de 28 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de software são reconhecidos e registados como ativos intangíveis, em conformidade com a norma IAS 38 – "Ativos Intangíveis".

Os montantes estão sujeitos a um choque sobre os ativos intangíveis, correspondendo a 100% do valor, sendo nulo em Solvência II.

Ativo por Impostos Diferidos

O saldo de ativos por impostos diferidos (DTA – *Deferred Tax Adjustment*) situa-se em 184 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024 no balanço IFRS e 190 milhares de euros no balanço de Solvência II, este valor deve-se à revalorização dos ativos financeiros (Ativos Intangíveis) para efeitos de Solvência II.

Os impostos diferidos foram reconhecidos no balanço de Solvência II com base na taxa de imposto efetiva de 21%, considerando diferenças temporárias fiscais e revalorizações em Solvência II.

Investimentos

Os depósitos que não equivalentes a numerários estão registados no balanço IFRS com um valor líquido contabilístico de 6.019 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024.

Os depósitos que não equivalentes a numerários são mensurados ao seu valor de mercado em Solvência II e IFRS, não existindo assim diferenças, refletindo uma abordagem baseada no princípio do valor económico. Esta metodologia assegura que os ativos são avaliados pelo montante pelo qual poderiam ser trocados entre partes interessadas em condições de mercado.

Depósitos

O valor líquido contabilístico dos depósitos, excluindo aqueles assimiláveis a disponibilidades, ascende a 313 milhares de euros no balanço de IFRS, mantendo-se inalterado no balanço de Solvência II.

D.2. Provisões técnicas

De acordo com as normas Solvência II, as provisões técnicas são compostas pela melhor estimativa e pela margem de risco.

A melhor estimativa (*Best Estimate*) corresponde ao valor atual dos fluxos de caixa futuros relacionados aos compromissos de seguros na data de avaliação.

A margem de risco é o valor que deve ser adicionado à melhor estimativa para garantir que o valor das provisões técnicas seja equivalente ao montante que as empresas de seguros exigiriam para assumir e honrar os compromissos de seguro e resseguro. Ela é avaliada como o custo da mobilização dos fundos próprios necessários para enfrentar os compromissos ao longo de toda a sua duração. A melhor estimativa divide-se em:

- ✓ Melhor estimativa de prémios, que se refere a sinistros futuros cobertos pelos contratos em vigor na data de avaliação. Inclui prestações, contribuições e despesas associadas a esses compromissos;
- ✓ Melhor estimativa de sinistros, que corresponde à atualização dos fluxos futuros gerados pelos sinistros ocorridos até a data de avaliação, mas ainda não liquidadas. Este valor é calculado considerando as prestações e os custos relacionados à gestão desses compromissos.

A MGEN Portugal a 31 de dezembro de 2024 não registou em balanço provisões técnicas, uma vez que durante este período, não foram realizadas quaisquer operações relacionadas com a atividade de seguros, pelo que não ocorreu a celebração de contratos de seguro nem emissão de prémios, nem sinistros.

D.3. Outras responsabilidades

(em milhares de euros)

Balanço Solvência II	31.12.2024 Valor Solvência II	Valor Contas Estatutárias
Passivos		
Provisões técnicas – não vida		
Provisões técnicas – não vida (excluindo acidentes e doença)		
Provisões técnicas – acidentes e doença (com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida)		
Outras provisões técnicas		
Passivos contingentes		
Provisões para além das provisões técnicas		
Obrigações a título de prestações de pensão		
Depósitos de resseguradores		
Passivos por impostos diferidos		
Derivados		
Dívidas a instituições de crédito		
Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito		
Valores a pagar de operações de seguros e mediadores		
Valores a pagar a título de operações de resseguro		
Valores a pagar (de operações comerciais, não de seguro)	374	374
Passivos subordinados		
Quaisquer outros passivos não incluídos noutros elementos do balanço	124	124
Total de passivos	498	498

Outros credores por operações de seguros e outras operações

Os Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações referem-se às obrigações financeiras da Companhia de Seguros perante terceiros que não sejam tomadores de seguros ou resseguradores. Estas obrigações incluem, entre outras, o pagamento de comissões a mediadores, despesas operacionais, impostos, encargos diversos e outras contas a pagar relacionadas com a atividade seguradora. Não existe diferenças de valorização entre IFRS e Solvência II para esta classe de passivos, em 31 de dezembro de 2024 esta classe ascendia a 374 milhares de euros.

D.4. Métodos alternativos de avaliação

A MGEN Portugal não utiliza métodos alternativos de valorização, além dos previstos na regulamentação.

D.5. Eventuais informações adicionais

A MGEN Portugal não tem informação adicional a reportar neste capítulo.

E. GESTÃO DE CAPITAL

E.1. Fundos Próprios

A gestão de capital desempenha um papel fundamental na estratégia financeira da MGEN Portugal, garantindo a sua solidez e capacidade de absorção de riscos, em conformidade com os requisitos regulamentares definidos pelo quadro prudencial de Solvência II. A MGEN Portugal tem implementada um Política de Gestão de Capital onde estão definidas as metodologias de monitorização dos Fundos Próprios.

Os fundos próprios representam os recursos disponíveis para cobrir os riscos assumidos e assegurar a continuidade das operações. A sua adequação é avaliada com base nos princípios estabelecidos pela Diretiva de Solvência II, que classifica os fundos próprios em diferentes níveis de qualidade (*Tier* 1, *Tier* 2 e *Tier* 3), conforme a sua capacidade de absorção de perdas.

A 31 de dezembro de 2024, o montante de fundos próprios de Solvência II ascende a 6.592 milhares de euros:

(em milhares de euros)

	31.12.2024
Tier 1	6 482
Tier 2	0
Tier 3	110
Fundos Próprios Elegíveis	**6 592**

Tendo em conta a sua natureza, estes fundos próprios, acrescidos dos ajustamentos de revalorização de acordo com as normas de Solvência II, são na sua maioria classificados como Tier 1, garantindo assim solidez financeira.

E.2. Requisito de capital de solvência e requisito de capital mínimo

No âmbito da Diretiva de Solvência II, são definidos dois limiares mínimos de capital que integram os fundos próprios:

- ✓ Requisito de Capital de Solvência (*Solvency Capital Requirement* – SCR): corresponde ao montante mínimo de capital de que a Companhia de Seguros deve dispor para absorver potenciais perda;

- ✓ Requisito de Capital Mínimo de Solvência (*Minimum Capital Requirement* – MCR): representa o nível mínimo de fundos próprios abaixo do qual a intervenção da ASF é automática.

Requisito de Capital de Solvência

A MGEN Portugal utiliza a fórmula padrão para cálculo do SCR, conforme definido pela Diretiva de Solvência II. O princípio fundamental consiste na aplicação de variações de parâmetros (chamados "choques"), avaliando o impacto dessas variações sobre os compromissos técnicos e financeiros (Melhor Estimativa - *Best Estimate*). As diferenças de valorização entre o cenário base e os cenários pós-choque determinam os SCR parciais. Após a avaliação individual dos riscos, os mesmos são agregados por meio de matrizes de correlação, de forma a considerar as interações entre os diferentes riscos e calcular assim o SCR global.

No quadro seguinte, apresenta-se a decomposição do Requisito de Capital de Solvência para a MGEN Portugal a 31 de dezembro de 2024. A Companhia de Seguros tem apenas exposição a Risco de Incumprimento de Contraparte, pelos depósitos que tem junto do banco e Risco de Mercado, pelo mesmo ativo.

(em milhares de euros)

	31.12.2024
Risco de Mercado	4
Risco de Incumprimento de Contraparte	927
Risco de Subscrição Saúde	0
Risco de Subscrição Não Vida	0
Requisito de Capital de Solvência Base	**928**
Ajustamento por Impostos Diferidos	-195
Risco Operacional	0
Requisito de Capital de Solvência	733

A MGEN Portugal a 31 de dezembro de 2024 tem um rácio de solvência II de 899%, que reflete a não existência de quaisquer operações relacionas com a atividade de seguros, não tendo ocorrido a celebração de contratos de seguro, nem a emissão de prémios. Em 2024, a Companhia de Seguros tem apenas exposição a Risco de Incumprimento da Contraparte e Risco de Mercado (Risco de Concentração).

(em milhares de euros)

	31.12.2024
Fundo Próprios Elegíveis	6 592
Requisito de Capital de Solvência II	733
Rácio de Capital de Solvência II	**899%**

Requisito de Capital Mínimo de Solvência

O Requisito de Capital Mínimo de Solvência (MCR – Minimum Capital Requirement) representa o nível mínimo absoluto de capital que uma companhia de seguros deve manter para operar legalmente. Este requisito estabelece um limite abaixo do qual a intervenção regulatória se torna inevitável, garantindo que a companhia de seguros detenha uma margem mínima de segurança para proteger os tomadores de seguro e demais stakeholders. O MCR é calculado com base numa abordagem simplificada em relação ao Requisito de Capital de Solvência (SCR – Solvency Capital Requirement), assegurando uma resposta mais imediata às variações nas condições financeiras da companhia de seguros.

No quadro seguinte, apresenta-se a decomposição do Requisito de Capital Mínimo de Solvência para a MGEN Portugal:

(em milhares de euros)

	31.12.2024
Linear MCR	0
SCR	733
Limite Superior de MCR	330
Limite Inferior de MCR	183
MCR Combinado	183
Limite Inferior Absoluto do MCR	4 000
Requisito de Capital Mínimo (MCR)	**4000**

A 31 de dezembro de 2024, a MGEN Portugal tem o rácio de cobertura do Requisito de Capital Mínimo que se apresenta:

(em milhares de euros)

	31.12.2024
Fundo Próprios Elegíveis (MCR)	6 482
Requisito de Capital Mínimo de Solvência II	4 000
Rácio de Capital Mínimo de Solvência II	**162%**

E.3. Utilização do submódulo de risco acionista baseado na duração para calcular o requisito de capital de solvência

Não Aplicável à MGEN Portugal.

E.4. Diferenças entre a fórmula-padrão e qualquer modelo interno utilizado

Não Aplicável à MGEN Portugal.

E.5. Incumprimento do requisito de capital mínimo e incumprimento do requisito de capital de solvência

Não Aplicável à MGEN Portugal.

E.6. Eventuais Informações adicionais

A MGEN Portugal não tem informação adicional a reportar neste capítulo.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Signé par Clotilde TRUFFAUT
Le 30/04/2025

Signed with universign

Clotilde Marie Truffaut

assinado por Nicolas Le Berrigaud
04/30/2025

Signed with universign

Nicolas Stephane Le Berrigaud

Assinado por: **Ricardo Fernandes Antunes Raminhos**
Num. de Identificação: 11302180
Data: 2025.04.30 10:25:06+01'00'

Ricardo Fernandes Raminhos

assinado por Rose Tourbe
05/02/2025

Signed with universign

Rose Casadevall Tourbe

Stephane David Znaty

Signé par Stéphane ZNATY
Le 30/04/2025

Signed with universign

ANEXOS

Informação Quantitativa (QRTs obrigatórios)

S.02.01 – Balanço

S.23.01 – Fundos Próprios

S.25.01 – Requisito de Capital de Solvência – Para as Companhias de Seguros que utilizam a Fórmula Padrão

S.28.01 – Requisito de Capital Mínimo – Atividades de Seguro ou de Resseguro apenas do ramo vida ou não vida

S.02.01 – Balanço

		Solvency II value
		C0010
Assets	AR0009	
Goodwill	R0010	
Deferred acquisition costs	R0020	
Intangible assets	R0030	
Deferred tax assets	R0040	189,79
Pension benefit surplus	R0050	
Property, plant & equipment held for own use	R0060	
Investments (other than assets held for index-linked and unit-linked contracts)	R0070	6 019,04
Property (other than for own use)	R0080	
Holdings in related undertakings, including participations	R0090	
Equities	R0100	
Equities - listed	R0110	
Equities - unlisted	R0120	
Bonds	R0130	
Government Bonds	R0140	
Corporate Bonds	R0150	
Structured notes	R0160	
Collateralised securities	R0170	
Collective Investments Undertakings	R0180	
Derivatives	R0190	
Deposits other than cash equivalents	R0200	6 019,04
Other investments	R0210	
Assets held for index-linked and unit-linked contracts	R0220	
Loans and mortgages	R0230	
Loans on policies	R0240	
Loans and mortgages to individuals	R0250	
Other loans and mortgages	R0260	
Reinsurance recoverables from:	R0270	
Non-life and health similar to non-life	R0280	
Non-life excluding health	R0290	
Health similar to non-life	R0300	
Life and health similar to life, excluding health and index-linked and unit-linked	R0310	
Health similar to life	R0320	
Life excluding health and index-linked and unit-linked	R0330	
Life index-linked and unit-linked	R0340	
Deposits to cedants	R0350	
Insurance and intermediaries receivables	R0360	
Reinsurance receivables	R0370	
Receivables (trade, not insurance)	R0380	23,85
Own shares (held directly)	R0390	
Amounts due in respect of own fund items or initial fund called up but not yet paid in	R0400	
Cash and cash equivalents	R0410	312,83
Any other assets, not elsewhere shown	R0420	624,37
Total assets	R0500	7 169,89

Liabilities	AR0509	
Technical provisions - non-life	R0510	
Technical provisions - non-life (excluding health)	R0520	
Technical provisions calculated as a whole	R0530	
Best Estimate	R0540	
Risk margin	R0550	
Technical provisions - health (similar to non-life)	R0560	
Technical provisions calculated as a whole	R0570	
Best Estimate	R0580	
Risk margin	R0590	
Technical provisions - life (excluding index-linked and unit-linked)	R0600	
Technical provisions - health (similar to life)	R0610	
Technical provisions calculated as a whole	R0620	
Best Estimate	R0630	
Risk margin	R0640	
Technical provisions - life (excluding health and index-linked and unit-linked)	R0650	
Technical provisions calculated as a whole	R0660	
Best Estimate	R0670	
Risk margin	R0680	
Technical provisions - index-linked and unit-linked	R0690	
Technical provisions calculated as a whole	R0700	
Best Estimate	R0710	
Risk margin	R0720	
Other technical provisions	R0730	
Contingent liabilities	R0740	
Provisions other than technical provisions	R0750	
Pension benefit obligations	R0760	
Deposits from reinsurers	R0770	
Deferred tax liabilities	R0780	
Derivatives	R0790	
Debts owed to credit institutions	R0800	
Financial liabilities other than debts owed to credit institutions	R0810	
Insurance & intermediaries payables	R0820	
Reinsurance payables	R0830	
Payables (trade, not insurance)	R0840	374,28
Subordinated liabilities	R0850	
Subordinated liabilities not in Basic Own Funds	R0860	
Subordinated liabilities in Basic Own Funds	R0870	
Any other liabilities, not elsewhere shown	R0880	124,10
Total liabilities	R0900	498,38
Excess of assets over liabilities	R1000	6 671,50

S.23.01 – Fundos Próprios

		Total	Tier 1 - unrestricted	Tier 1 - restricted	Tier 2	Tier 3
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050
Basic own funds before deduction for participations in other financial sector as foreseen in article 68 of Delegated Regulation 2015/35	AR0009					
Ordinary share capital (gross of own shares)	R0010	7 500,00	7 500,00			
Share premium account related to ordinary share capital	R0030					
Initial funds, members' contributions or the equivalent basic own - fund item for mutual and mutual-type undertakings	R0040					
Subordinated mutual member accounts	R0050					
Surplus funds	R0070					
Preference shares	R0090					
Share premium account related to preference shares	R0110					
Reconciliation reserve	R0130	-1 018,29	-1 018,29			
Subordinated liabilities	R0140					
An amount equal to the value of net deferred tax assets	R0160	189,79				189,79
Other own fund items approved by the supervisory authority as basic own funds not specified above	R0180					
Own funds from the financial statements that should not be represented by the reconciliation reserve and do not meet the criteria to be classified as Solvency II own funds	AR0219					
Own funds from the financial statements that should not be represented by the reconciliation reserve and do not meet the criteria to be classified as Solvency II own funds	R0220					
Deductions	AR0229					
Deductions for participations in financial and credit institutions	R0230					
Total basic own funds after deductions	R0290	6 671,50	6 481,71	0,00	0,00	189,79
Ancillary own funds	AR0299					
Unpaid and uncalled ordinary share capital callable on demand	R0300					
Unpaid and uncalled initial funds, members' contributions or the equivalent basic own fund item for mutual and mutual - type undertakings, callable on demand	R0310					
Unpaid and uncalled preference shares callable on demand	R0320					
A legally binding commitment to subscribe and pay for subordinated liabilities on demand	R0330					
Letters of credit and guarantees under Article 96(2) of the Directive 2009/138/EC	R0340					
Letters of credit and guarantees other than under Article 96(2) of the Directive 2009/138/EC	R0350					
Supplementary members calls under first subparagraph of Article 96(3) of the Directive 2009/138/EC	R0360					
Supplementary members calls - other than under first subparagraph of Article 96(3) of the Directive 2009/138/EC	R0370					
Other ancillary own funds	R0390					
Total ancillary own funds	R0400					
Available and eligible own funds	AR0499					
Total available own funds to meet the SCR	R0500	6 671,50	6 481,71	0,00	0,00	189,79
Total available own funds to meet the MCR	R0510	6 481,71	6 481,71			
Total eligible own funds to meet the SCR	R0540	6 591,64	6 481,71	0,00	0,00	109,92
Total eligible own funds to meet the MCR	R0550	6 481,71	6 481,71			
SCR	R0580	732,83				
MCR	R0600	4 000,00				
Ratio of Eligible own funds to SCR	R0620	899,48%				
Ratio of Eligible own funds to MCR	R0640	162,04%				

S.23.01.01.02

Reconciliation reserve

		Value
		C0060
Reconciliation reserve	AR0699	
Excess of assets over liabilities	R0700	6 671,50
Own shares (held directly and indirectly)	R0710	
Foreseeable dividends, distributions and charges	R0720	
Other basic own fund items	R0730	7 689,79
Adjustment for restricted own fund items in respect of matching adjustment portfolios and ring fenced funds	R0740	
Reconciliation reserve	R0760	-1 018,29
Expected profits	AR0769	
Expected profits included in future premiums (EPIFP) - Life business	R0770	
Expected profits included in future premiums (EPIFP) - Non-life business	R0780	
Total Expected profits included in future premiums (EPIFP)	R0790	

S.25.01 – Requisito de Capital de Solvência – Para as Companhias de Seguros que utilizam a Fórmula Padrão

		Gross solvency capital requirement	Simplifications
		C0110	C0120
Market risk	R0010	3,79	
Counterparty default risk	R0020	926,68	
Life underwriting risk	R0030		
Health underwriting risk	R0040		
Non-life underwriting risk	R0050		
Diversification	R0060	-2,84	
Intangible asset risk	R0070		
Basic Solvency Capital Requirement	R0100	927,63	

Calculation of Solvency Capital Requirement

		Value
		C0100
Operational risk	R0130	
Loss-absorbing capacity of technical provisions	R0140	
Loss-absorbing capacity of deferred taxes	R0150	-194,80
Capital requirement for business operated in accordance with Art. 4 of Directive 2003/41/EC	R0160	
Solvency Capital Requirement excluding capital add-on	R0200	732,83
Capital add-on already set	R0210	
of which, capital add-ons already set - Article 37 (1) Type a	R0211	
of which, capital add-ons already set - Article 37 (1) Type b	R0212	
of which, capital add-ons already set - Article 37 (1) Type c	R0213	
of which, capital add-ons already set - Article 37 (1) Type d	R0214	
Solvency capital requirement	R0220	732,83
Other information on SCR	AR0399	
Capital requirement for duration-based equity risk sub-module	R0400	
Total amount of Notional Solvency Capital Requirements for remaining part	R0410	
Total amount of Notional Solvency Capital Requirements for ring-fenced funds	R0420	
Total amount of Notional Solvency Capital Requirements for matching adjustment portfolios	R0430	
Diversification effects due to RFF nSCR aggregation for article 304	R0440	

S.25.01.21.03

Basic Solvency Capital Requirement (USP)

		USP
		C0090
Life underwriting risk	R0030	
Health underwriting risk	R0040	
Non-life underwriting risk	R0050	

Approach to tax rate

		Yes/No
		C0109
Approach based on average tax rate	R0590	Approach not based on average tax rate

Calculation of loss absorbing capacity of deferred taxes

		LAC DT
		C0130
LAC DT	R0640	-194,80
LAC DT justified by reversion of deferred tax liabilities	R0650	-194,80
LAC DT justified by reference to probable future taxable economic profit	R0660	
LAC DT justified by carry back, current year	R0670	
LAC DT justified by carry back, future years	R0680	
Maximum LAC DT	R0690	-636,52

S.28.01 – Requisito de Capital Mínimo – Atividades de Seguro ou de Resseguro apenas do ramo vida ou não vida

Linear formula component for non-life insurance and reinsurance obligations

		MCR components
		C0010
MCRNL Result	R0010	

Background information

		Background information	
		Net (of reinsurance/SPV) best estimate and TP calculated as a whole	Net (of reinsurance) written premiums in the last 12 months
		C0020	C0030
Medical expense insurance and proportional reinsurance	R0020		
Income protection insurance and proportional reinsurance	R0030		
Workers' compensation insurance and proportional reinsurance	R0040		
Motor vehicle liability insurance and proportional reinsurance	R0050		
Other motor insurance and proportional reinsurance	R0060		
Marine, aviation and transport insurance and proportional reinsurance	R0070		
Fire and other damage to property insurance and proportional reinsurance	R0080		
General liability insurance and proportional reinsurance	R0090		
Credit and suretyship insurance and proportional reinsurance	R0100		
Legal expenses insurance and proportional reinsurance	R0110		
Assistance and proportional reinsurance	R0120		
Miscellaneous financial loss insurance and proportional reinsurance	R0130		
Non-proportional health reinsurance	R0140		
Non-proportional casualty reinsurance	R0150		
Non-proportional marine, aviation and transport reinsurance	R0160		
Non-proportional property reinsurance	R0170		

Overall MCR calculation

		Value
		C0070
Linear MCR	R0300	0,00
SCR	R0310	732,83
MCR cap	R0320	329,77
MCR floor	R0330	183,21
Combined MCR	R0340	183,21
Absolute floor of the MCR	R0350	4 000,00
Minimum Capital Requirement	R0400	4 000,00

CERTIFICAÇÃO DO ATUÁRIO RESPONSÁVEL

MGEN PORTUGAL – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

RELATÓRIO

CERTIFICAÇÃO SOBRE A SOLVÊNCIA E A SITUAÇÃO FINANCEIRA E DA INFORMAÇÃO A PRESTAR À ASF PARA EFEITOS DE SUPERVISÃO

SITUAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Lisboa, 27 de março de 2025

Índice

1. **Introdução** 3
2. **Âmbito** 5
3. **Responsabilidades** 7
4. **Opinião** 7

1. Introdução

A elaboração deste relatório foi feita na qualidade de Atuário-Responsável certificado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e tendo em vista fornecer uma opinião independente sobre a solvência e a situação financeira da companhia MGEN Portugal – Companhia de Seguros, S.A a 31 de dezembro de 2024.

À data acima referida, a companhia ainda não tinha registado atividade comercial, pelo que os valores das provisões técnicas, dos montantes recuperáveis e dos requisitos de capital de riscos específicos de seguros são nulos.

Nos quadros seguintes resumimos os principais resultados da certificação efetuada:

Provisões Técnicas

Vida

Melhor Estimativa	0
Margem de Risco	0
Total	**0**

Não Vida

Melhor Estimativa	0
Margem de Risco	0
Total	**0**

Saúde STV

Melhor Estimativa	0
Margem de Risco	0
Total	**0**

Saúde NSTV

Melhor Estimativa	0
Margem de Risco	0
Total	**0**

Total Provisões Técnicas	**0**

U: Euros

Montantes Recuperáveis

Vida	0
Não Vida	0
Saúde STV	0
Saúde NSTV	0
Total Montantes Recuperáveis	**0**

U: Euros

Benefícios Discricionários Futuros

Benefícios Discricionários Futuros	0

U: Euros

Riscos Específicos de Seguros

	Requisito de Capital Líquido	**Requisito de Capital Bruto**
Riscos Específicos de Seguros de Vida	0	0
Riscos Específicos de Seguros Não Vida	0	0
Riscos Específicos de Seguros de Acidentes e Doença	0	0
Ajustamento de Perdas das Provisões Técnicas	0	

U: Euros

Usando a informação da empresa concluímos ainda:

Total dos fundos próprios

Requisito de Capital para a Solvência (RCS)	732.830
Requisito de Capital Mínimo para a Solvência (RCM)	4.000.000
Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCS	899%
Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCM	162%
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCS	6.671.504
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCM	6.481.711
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCS	6.591.636
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCM	6.481.711

U: Euros

2. Âmbito

O presente relatório apresenta-se como a certificação do relatório sobre a solvência e a situação financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, prevista na Norma Regulamentar nº.2/2017-R, de 24 de março.

Este relatório encontra-se elaborado em consonância com a estrutura apresentada no Anexo II da Norma Regulamentar n.º2/2017-R, de 24 de março.

É função do atuário responsável certificar a adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo das provisões técnicas, dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades com objeto específico de titularização de riscos de seguro e das componentes do requisito de capital relacionadas com esses itens

Os elementos a certificar pelo atuário responsável são definidos em norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a qual também deve fixar o conteúdo, os termos, a periodicidade, os princípios e os moldes de apresentação do relatório de certificação, bem como os termos e meios de reporte e publicação, conforme habilitação regulamentar conferida pelos n.os 1 e 3 e alíneas a) a c) do n.º 11 do citado artigo 77.º.

A certificação abrange a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo dos seguintes elementos:

a) Das provisões técnicas, incluindo a aplicação do ajustamento de volatilidade, de ajustamentos de congruência e dos regimes transitórios previstos nos artigos 24.º e 25.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro;

b) Dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades com objeto específico de titularização de riscos de seguros;

c) Dos módulos de risco específico de seguros de vida, de risco específico de seguros não vida, de risco específico de seguros de acidentes e doença e do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas do requisito de capital de solvência, divulgados no relatório sobre a solvência e a situação financeira.

Este relatório só pode ser analisado no seu conjunto e no contexto e propósito com que foi elaborado, não podendo as suas conclusões ser utilizadas com outros objetivos e/ou em qualquer outro âmbito.

Convém ter presente que os resultados da aplicação de métodos estatísticos têm sempre um grau de incerteza implícito fruto de fatores aleatórios, mudanças estruturais ainda não refletidas no sistema de informação da Companhia e porventura no mercado, bem como de alterações legais, judiciais e políticas que possam ter reflexo nos modelos aplicados.

3. Responsabilidades

O presente encontra-se elaborado em conformidade com o disposto na Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março.

É responsabilidade do órgão de administração da entidade a aprovação do relatório sobre a solvência e a situação financeira.

É responsabilidade do atuário responsável a emissão de uma opinião de índole atuarial, independente, sobre os elementos referidos no número anterior.

4. Opinião

Consideram-se adequados, de acordo com as disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, os cálculos das provisões técnicas, dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro, os cálculos dos riscos específicos de seguros e das componentes do requisito de capital de solvência relacionadas com esses itens.

Lisboa, 27 de março de 2025

Actuarial - Consultadoria Lda.



Luís Portugal
Sócio-Director

CERTIFICAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Ao Conselho de Administração da MGEN Portugal - Companhia de Seguros, S.A

Introdução

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de Março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) (Norma Regulamentar), fomos contratados pelo Conselho de Administração da MGEN Portugal - Companhia de Seguros, S.A (de ora adiante também designada por «Companhia») para a realização de um trabalho de garantia de fiabilidade sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira (Relatório), previsto na alínea a) do artigo 26.º da Norma Regulamentar n.º 4/2023-R, de 11 de julho, da ASF, incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório, conforme estabelecida no artigo 3.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2023/895, da Comissão, de 4 de abril de 2023 (Informação quantitativa) da Companhia, com referência a 31 de dezembro de 2024.

O nosso relatório compreende o relato das seguintes matérias:

A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo;

B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação; e

C. Relato sobre a restante informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira, incluindo a Informação quantitativa conjuntamente divulgada.

A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo

Responsabilidades do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia o cálculo dos ajustamentos entre a respetiva demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, classificação e avaliação da disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo submetido à ASF, em conformidade com o Regulamento Delegado (EU) n.º 2015/35, da Comissão, de 10 de outubro de 2014, que completa a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, na sua redação atual (Regulamento Delegado).

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em emitir um relatório de garantia razoável de fiabilidade, profissional e independente, sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, baseado nos procedimentos realizados e especificados abaixo.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica - (ISAE) 3000 (Revista), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ("OROC"), as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia razoável de fiabilidade sobre se os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Para tanto o referido trabalho incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

a) revisão da reconciliação da informação base utilizada para o cálculo dos ajustamentos do balanço para efeitos de solvência com os sistemas de informação da Companhia e a respetiva demonstração da posição financeira estatutária em 31 de dezembro de 2024 objeto de revisão legal de contas, e sobre a qual foi emitida Certificação Legal das Contas sem reservas, datada de 28 de março de 2025;

b) revisão de acontecimentos subsequentes ocorridos entre a data da Certificação Legal das Contas e a data deste relatório;

c) entendimento dos critérios adotados;

d) recálculo dos ajustamentos efetuados pela Companhia entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, exceto os referidos no parágrafo seguinte que estão excluídos do âmbito do nosso trabalho;

e) a revisão, em base de amostragem, da correta classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios de acordo com os requisitos do Regulamento Delegado;

f) revisão da reconciliação da informação base utilizada para os cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2024, com o balanço para efeitos de solvência, os registos contabilísticos e demais informação mantida nos sistemas da Companhia com referência à mesma data;

g) revisão, em base de amostragem, da correta classificação e caracterização dos ativos de acordo com os requisitos do Regulamento Delegado;

h) revisão dos cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital em 31 de dezembro de 2024, efetuados pela Companhia; e

i) leitura da documentação preparada pela Companhia para dar cumprimento aos requisitos do Regulamento Delegado.

Conforme previsto no n.º 2 do artigo 3.º da Norma Regulamentar, o trabalho realizado não compreendeu a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis dos ajustamentos efetuados ao nível das provisões técnicas e dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro, nem a verificação do cálculo dos requisitos de capital que, conforme definido no artigo 7.º da Norma Regulamentar, são incluídos no âmbito da certificação do atuário responsável da Companhia.

Relativamente aos ajustamentos efetuados pela Companhia ao nível de impostos diferidos decorrentes dos ajustamentos acima referidos, o trabalho realizado apenas compreendeu a validação do impacto em impostos diferidos, tomando por base os referidos ajustamentos.

Os procedimentos efetuados dependem do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultantes de fraude ou erro. Na avaliação de risco tivemos em consideração o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, com o objetivo de planearmos e executarmos os procedimentos considerados apropriados nas circunstâncias.

Consideramos que os procedimentos efetuados e a prova obtida proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

A nossa conclusão foi formada com base nas matérias e sujeita aos termos descritos neste relatório. Com base no trabalho efetuado, é nossa opinião, que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, indicados no Relatório com referência a 31 de dezembro de 2024, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Somos independentes nos termos da lei e cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA).

B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação

Responsabilidades do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia:

a) a preparação do Relatório e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 4/2023-R, de 11 de julho, da ASF; e

b) a definição, aprovação, revisão periódica e documentação das principais políticas, estratégias e processos que definem e regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada, incluindo os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno (Sistema de governação), as quais devem ser descritas no capítulo B do Relatório, tendo em conta o previsto no artigo 294.º do Regulamento Delegado.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação, baseado nos procedimentos realizados e especificados abaixo.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica - (ISAE) 3000 (Revista), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade de que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o conteúdo do capítulo "Sistema de governação" do Relatório não reflete, em todos os aspetos materialmente relevantes, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

Para tanto o referido trabalho incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

a) a apreciação da informação, contida no Relatório, sobre o Sistema de governação da Companhia quanto aos seguintes principais aspetos: informações gerais; requisitos de qualificação e de idoneidade; sistema de gestão de riscos com inclusão da autoavaliação do risco e da solvência; sistema de controlo interno; função de auditoria interna; função atuarial; subcontratação e eventuais informações adicionais; e

b) a leitura e apreciação da documentação que sustenta as principais políticas, estratégias e processos descritos no Relatório, que regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada e obtenção de prova corroborativa sobre a sua implementação.

Os procedimentos executados dependem do nosso conhecimento sobre o cumprimento com os requisitos estabelecidos pela Norma Regulamentar e pelo Regulamento Delegado e de outras circunstâncias relacionadas com o trabalho, e da consideração de áreas onde é provável que possam surgir distorções materialmente relevantes.

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza, oportunidade e extensão, sendo mais limitados que aqueles executados num trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado.

Consideramos que os procedimentos efetuados e a prova obtida proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

A nossa conclusão foi formada com base nas matérias e sujeita aos termos descritos neste relatório. Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, o conteúdo do capítulo "Sistema de governação" do Relatório, não reflete, em todos os aspetos materialmente relevantes, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

Outras matérias

Tendo em conta a normal dinâmica de qualquer sistema de controlo interno, as conclusões apresentadas relativamente ao sistema de governação da Companhia não deverão ser utilizadas para efetuar qualquer projeção para períodos futuros, na medida em que poderão existir alterações nos processos e controlos analisados e no seu grau de eficácia. Por outro lado, dadas as limitações inerentes ao sistema de controlo interno, irregularidades, fraudes ou erros podem ocorrer sem que sejam detetados.

A constituição da Companhia foi formalmente aprovada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) na reunião do seu Conselho de Administração de 13 de março de 2024, tendo o processo de licenciamento e todos os formalismos legais adjacentes sido concluídos a 1 de julho de 2024, após a atribuição do código 1209 pela ASF, no dia 18 de junho de 2024. O ano de 2024 foi dedicado à preparação para o início da atividade da MGEN Portugal como empresa de seguros não tendo sido

realizadas quaisquer operações relacionadas com a atividade seguradora (não ocorreu a celebração de contratos de seguro nem emissão de prémios).

Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Somos independentes nos termos da lei e cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA).

C. Relato sobre a restante informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira, incluindo a Informação quantitativa conjuntamente divulgada

Responsabilidades do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação do Relatório e a informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 4/2023-R, de 11 de julho, da ASF, incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório, conforme estabelecida no artigo 3.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2023/895, da Comissão, de 4 de abril de 2023.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, sobre se a restante informação divulgada no Relatório, incluindo a Informação quantitativa conjuntamente divulgada, é concordante com a informação examinada e com o conhecimento obtido durante a realização do nosso trabalho baseado nos procedimentos realizados e especificados abaixo.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica - (ISAE) 3000 (Revista), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade de que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a restante informação divulgada no Relatório, incluindo a informação quantitativa conjuntamente divulgada, não está isenta, em todos os aspetos materialmente relevantes, de distorções face à informação examinada e ao conhecimento obtido durante a realização do nosso trabalho.

Para tanto, o referido trabalho consistiu na leitura integral do Relatório e na avaliação da concordância dos seus conteúdos com a informação examinada, descrita nas secções anteriores do nosso relatório.

Os procedimentos executados dependem do nosso conhecimento sobre o cumprimento com os requisitos estabelecidos pela Norma Regulamentar e pelo Regulamento Delegado e de outras circunstâncias relacionadas com o trabalho, e da consideração de áreas onde é provável que possam surgir distorções materialmente relevantes.

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza, oportunidade e extensão, sendo mais limitados que aqueles executados num trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado.

Consideramos que os procedimentos efetuados e a prova obtida proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

A nossa conclusão foi formada com base nas matérias e sujeita aos termos descritos neste relatório. Com base no trabalho realizado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a restante informação divulgada no Relatório, incluindo a informação quantitativa conjuntamente divulgada, não está isenta, em todos os aspetos materialmente relevantes, de distorções face à informação examinada e ao conhecimento obtido durante a realização do nosso trabalho.

Outras matérias

A constituição da Companhia foi formalmente aprovada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) na reunião do seu Conselho de Administração de 13 de março de 2024, tendo o processo de licenciamento e todos os formalismos legais adjacentes sido concluídos a 1 de julho de 2024, após a atribuição do código 1209 pela ASF, no dia 18 de junho de 2024. O ano de 2024 foi dedicado à preparação para o início da atividade da MGEN Portugal como empresa de seguros não tendo sido realizadas quaisquer operações relacionadas com a atividade seguradora (não ocorreu a celebração de contratos de seguro nem emissão de prémios).

Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Somos independentes nos termos da lei e cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA).

Lisboa, 5 de maio de 2024

Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)

Acta Nº 15 – Procès-Verbal

Reunião do Conselho de Administração da sociedade *MGEN PORTUGAL, SA.*

Réunion du Conseil d'Administration de la société MGEN PORTUGAL, SA.

PORTUGUÊS	FRANCÊS
Data: 29/04/2025 **Início:** 15h04 (hora de Lisboa) **Termo:** 15h13 **Local:** A reunião efectuou-se através de videoconferência, de acordo com o disposto no nº 8 do art.º 410º do Código das Sociedades Comerciais e nº 7 do art.º 20º do Contrato de Sociedade. **Convocação:** Presidente. **PRESENTES :** Clotilde Marie Truffaut, Presidente do Conselho de Administração; Nicolas Le Berrigaud, vogal; Ricardo Fernandes Antunes Raminhos, vogal; Rose Casadevall Tourbe, vogal; Vânia Teixeira, Direcção Gestão de Risco; Filomena Faustino, Secretariado-Geral. **AUSENTES :** Stéphane David Znaty, vogal **Ordem de Trabalhos:** 1. **Apresentação e Aprovação do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira de 2024** 2. **Apresentação e Aprovação do Relatório Regular de Supervisão de 2024** A Presidente do Conselho de Administração, Clotilde Truffaut, declara aberta a reunião e informa que todos os administradores receberam a ordem de trabalhos, bem como a documentação relativa aos pontos nela inscritos. **PONTO 1** Solicitada pelo Administrador Executivo, Ricardo Raminhos, Vânia Teixeira dá início à apresentação informando que o **Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira de 2024** tem como objetivo apresentar ao público as atividades da MGEN Portugal, fornecer informações sobre o seu sistema de governação, os riscos a que está	**Date** : 29/04/2025 **Début** : 15h04 (heure de Lisbonne) **Fin** : 15h13 **Local** : La réunion se tient en visioconférence, conformément aux dispositions du nº 8 de l'article 410º du Code des Sociétés Commerciales. et nº 7 de l'art.º 20º des Statuts. **Convocation** : Présidente. **PRÉSENTS :** Clotilde Marie Truffaut, Présidente du Conseil d'Administration ; Nicolas Le Berrigaud, administrateur exécutif ; Ricardo Fernandes Antunes Raminhos, administrateur exécutif ; Rose Casadevall Tourbe, administratrice ; Vânia Teixeira, Direction Gestion de Risque ; Filomena Faustino, Secrétariat Général. **EXCUSE :** Stéphane David Znaty, administrateur **Ordre du Jour** ✓ **Présentation et Approbation du Rapport sur la Solvabilité et la Situation Financière 2024** ✓ **Présentation et Approbation du Rapport Régulier de Surveillance 2024** La Présidente du Conseil d'administration, Clotilde Truffaut, ouvre la séance et indique que l'ensemble des administrateurs a reçu l'ordre du jour ainsi que les documents afférents aux points qui y sont inscrits. **POINT 1** Vânia Teixeira, précise que le Rapport sur la Solvabilité et la Situation Financière 2024 a pour objet de présenter au public les activités de MGEN Portugal, de fournir des informations sur son système de gouvernance, les risques

Signé par Stéphane Znaty
Le 30/04/2025

Signed with universign

exposta, bem como o seu sistema de gestão de riscos. O relatório detalha igualmente os princípios de avaliação aplicados para fins de solvência, a estrutura de capital, os requisitos regulamentares em matéria de fundos próprios e a política de gestão do capital.

Seguidamente, é apresentado um resumo das principais informações constantes do relatório, com base nos dados disponíveis em 31 de dezembro de 2024:

- O exercício de 2024 foi inteiramente dedicado à fase de estruturação da companhia;
- Não foi emitida qualquer apólice de seguro durante o ano, e o resultado líquido fixou-se em -735 mil euros, refletindo os investimentos iniciais realizados;
- A partir de 2025, a atividade seguradora centrar-se-á nos ramos de saúde e acidentes pessoais, com uma oferta inovadora, inclusiva e sem exclusões médicas;
- A estratégia de desenvolvimento prevê uma expansão internacional através do regime de Livre Prestação de Serviços (LPS), nomeadamente em França e na Dinamarca;
- A política de investimento adotada é conservadora, com enfoque na preservação do capital e da liquidez;
- O rácio de solvência situa-se nos 899 %.

Concluída a apresentação, a Presidente submete à votação o Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira de 2024, o qual é aprovado por unanimidade pelos membros do Conselho de Administração.

Este documento, anexo à presente ata como Anexo I, será remetido à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e publicado no site da MGEN Portugal – Companhia de Seguros, S.A.

PONTO 2

Vânia Teixeira procede a uma breve apresentação do **Relatório Regular de Supervisão (RRS) 2024**, documento que visa apoiar a supervisão prudencial, garantindo que a empresa mantém uma governação sólida e uma gestão de riscos eficaz.

O RRS é um relatório qualitativo e quantitativo, contendo as seguintes informações:

auxquels elle est exposée ainsi que son système de gestion des risques. Le rapport détaille également les principes d'évaluation appliqués à des fins de solvabilité, la structure du capital, les exigences réglementaires en matière de fonds propres ainsi que la politique de gestion du capital.

Un résumé des principales informations issues de ce rapport, fondées sur les données disponibles au 31 décembre 2024, est ensuite présenté :

- ✓ L'exercice 2024 a été entièrement consacré à la phase de structuration de la compagnie ;
- ✓ Aucune police d'assurance n'a été émise au cours de l'année et le résultat net s'établit à −735 k€, traduisant les investissements initiaux engagés ;
- ✓ À partir de 2025, l'activité d'assurance portera principalement sur les domaines de la santé et des accidents corporels, avec une offre innovante, inclusive et sans exclusions médicales ;
- ✓ La stratégie de développement prévoit une expansion internationale par le biais du régime de la Libre Prestation de Services (LPS), notamment en France et au Danemark ;
- ✓ La politique d'investissement retenue demeure prudente, orientée vers la préservation du capital et de la liquidité ;
- ✓ Le ratio de solvabilité s'élève à 899 %

À l'issue de la présentation, la Présidente soumet le Rapport sur la Solvabilité et la Situation Financière de 2024 au vote. Celui-ci est approuvé à l'unanimité par les membres du Conseil d'administration.

Ce document, annexé au présent procès-verbal sous l'intitulé *Annexe I*, sera transmis à l'Autorité de contrôle des assurances et des fonds de pension (ASF) et publié sur le site de MGEN Portugal – Companhia de Seguros, S.A.

POINT 2

Vânia Teixeira procède à une brève présentation du Rapport Régulier de Surveillance (RRS) 2024, document destiné à appuyer la surveillance prudentielle en garantissant le maintien, au sein de l'entreprise, d'une gouvernance saine et d'un dispositif efficace de gestion des risques.

Le RRS constitue un rapport à la fois qualitatif et quantitatif, comportant les informations suivantes :

• A governação assenta num modelo sólido, com base na separação de funções e na existência das quatro funções-chave: gestão de riscos, *compliance*, auditoria interna e função atuarial. • A gestão de riscos encontra-se formalmente implementada, sustentada por políticas devidamente aprovadas que abrangem todas as áreas relevantes, incluindo o ORSA, o risco operacional e a segurança da informação. Foram partilhadas as políticas existentes e o estado da sua implementação. • Foi realizada uma primeira avaliação do sistema de controlo interno, com a identificação e classificação dos riscos operacionais por departamento. Estes elementos, bem como a avaliação dos riscos identificados, foram comunicados à ASF. **Concluída a apresentação, a Presidente submete à votação o Relatório Regular de Supervisão de 2024, o qual é aprovado por unanimidade pelos membros do Conselho de Administração.** Este documento, anexo à presente ata como anexo II, será igualmente remetido à ASF, em conformidade com as exigências regulamentares. Não havendo mais nada a tratar na ordem do dia e ninguém tendo pedido a palavra, a reunião é encerrada.	✓ La gouvernance repose sur un modèle robuste, fondé sur une séparation claire des fonctions, et sur l'existence des quatre fonctions clés : gestion des risques, conformité, audit interne et fonction actuarielle ; ✓ La gestion des risques est formellement établie, soutenue par des politiques dûment approuvées couvrant l'ensemble des domaines pertinents, notamment l'ORSA, les risques opérationnels et la sécurité de l'information. Les politiques existantes ainsi que l'état de leur mise en œuvre ont été partagés ; ✓ Une première évaluation du système de contrôle interne a été menée, incluant l'identification et la classification des risques opérationnels par département. Ces éléments, ainsi que l'évaluation des risques identifiés, ont été transmis à l'ASF **À l'issue de la présentation, la Présidente soumet le Rapport Régulier de Surveillance de 2024 au vote. Celui-ci est approuvé à l'unanimité par les membres du Conseil d'administration.** Ce document, annexé au présent procès-verbal sous l'intitulé *Annexe II*, sera transmis à l'ASF, conformément aux exigences réglementaires. Plus rien n'étant à l'ordre du jour et personne ne demandant la parole, la séance est levée.

Signé par Clotilde TRUFFAUT
Le 30/04/2025

Signed with universign

Clotilde Marie Truffaut – Presidente / *Présidente*

assinado por Nicolas Le Berrigaud
04/30/2025

Signed with universign

Nicolas Stephane Le Berrigaud – Vogal / *Administrateur exécutif*

Assinado por: **Ricardo Fernandes Antunes Raminhos**
Num. de Identificação: 11302180
Data: 2025.04.30 10:20:34+01'00'

Ricardo Fernandes A. Raminhos – Vogal / *Administrateur exécutif*

assinado por Rose Tourbe
05/02/2025

Signed with universign

Rose Casadevall Tourbe – Vogal / *Administratrice*